

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA

Relações de Gênero nas Famílias Agricultoras Associadas a Mini-Usinas
de Leite no Estado de Santa Catarina

Dissertação de Mestrado

Aluna: Alessandra B. De Grandi

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Ignez S. Paulilo

Florianópolis, agosto de 1999.

ALESSANDRA BUENO DE GRADI

**RELAÇÕES DE GÊNERO NAS FAMÍLIAS AGRICULTORAS
ASSOCIADAS A MINI-USINAS DE LEITE NO ESTADO DE
SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Santa
Catarina para obtenção do Título de Mestre em Sociologia Política.

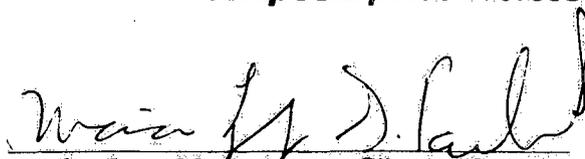
Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Ignez S. Paulilo

Florianópolis, agosto de 1999

**Relações de Gênero nas Famílias
Agricultoras Associadas a Mini-Usinas de
Leite no Estado de Santa Catarina**

Alessandra Bueno De Grandi

**Esta Dissertação foi julgada e aprovada
em sua forma final pela Orientadora e
Membros da Banca Examinadora,
composta pelos Professores:**



**Profa. Dra. Maria Inez Silveira Paulilo
Orientadora**



**Profa. Dra. Walquíria Krüger Corrêa
Membro**



**Profa. Dra. Maria José Carneiro
Membro**



**Profa. Dra. Júlia Sílvia Guivant
Coordenadora**

Florianópolis, setembro de 1999.

SUMÁRIO

Agradecimentos	
Resumo	
Introdução.....	06
<u>Capítulo I:</u>	
A construção da naturalização das desigualdades nas relações de gênero	10
<u>Capítulo II:</u>	
Uma vista panorâmica da Agricultura Familiar.....	17
2.1 – Alguns resultados da modernização na agricultura.....	17
2.2 – Quando otimizar é a palavra-chave na utilização da mão-de-obra familiar.....	18
2.3 – Gênero e geração definindo a divisão do trabalho.....	20
2.4 – A desconsideração do trabalho reprodutivo como trabalho produtivo.....	22
2.5 – A diferença na distribuição de recursos e de conhecimento.....	24
<u>Capítulo III:</u>	
O leite e programas de desenvolvimento: as mini-usinas de leite.....	27
3.1 – Como uma fonte de renda secundária e feminina tornou-se uma alternativa de renda principal: as agroindústrias de pequeno porte.....	27
3.2 – Qual é a participação das mulheres nas agroindústrias de pequeno porte?.....	31
3.3 – O leite em SC e as mini-usinas de leite.....	33
3.4 – A produção de leite na unidade de produção.....	35
<u>Capítulo IV:</u>	
As alterações nos relacionamentos sociais e produtivos: resultados do trabalho de campo...	40
4.1 – Características dos municípios.....	41
4.1.1 – O município de Mafra.....	41
4.1.2 – A mini-usina de leite de Mafra: a “Leite do Campo”.....	43
4.1.3 – O município de Otacílio Costa.....	46
4.1.4 – A mini-usina de Otacílio Costa: a “Leite da Família”.....	47
4.2 – Características gerais das famílias.....	49
4.2.1 – Caracterizando as mulheres e suas famílias.....	49
4.2.2 – Caracterizando a propriedade e a produção agropecuária.....	54
4.2.3 – A divisão do trabalho na unidade de produção.....	58
4.2.4 – A relação de poder entre homens e mulheres.....	63
Considerações Finais.....	68
Bibliografia.....	71

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer antes de tudo a CAPES e aos brasileiros, pela concessão de uma bolsa de estudo, e a UFSC e aos professores do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política por fornecerem toda a estrutura pessoal e física que me permitiu realizar este trabalho.

Algumas pessoas foram muito importantes durante todas as etapas por que passei durante esses dois anos e meio que estive envolvida por esta pesquisa. Agradeço a todas elas, mas especialmente:

A Maria Ignez S. Paulilo, minha orientadora, que com muita paciência e delicadeza, e com toda a capacidade e conhecimento que encontramos em pessoas que têm prazer em ensinar, me orientou e corrigiu, contribuindo de maneira essencial para que este trabalho fosse realizado da melhor maneira possível.

A CEPAGRO e a Leomar Prezotto, que a todo o momento me forneceram informações valiosas a respeito das agroindústrias de pequeno porte, e principalmente por terem me colocado em contato direto com os agricultores pesquisados.

A minha amiga Marineide, sempre uma força extra, trocando idéias e sugestões, mesmo antes de entrarmos para o mestrado.

A Albertina e a Fátima, pela colaboração atenciosa.

A minha família, por acreditar sempre que eu seria capaz de fazer um bom trabalho.

E a Carlos, meu marido, meu amigo, meu amor, que não me deixou sair correndo naquelas horas de desespero, e a quem eu dedico este trabalho.

Resumo

A divisão sexual do trabalho nas unidades de pequena produção agropecuárias é influenciada pelo sexo, idade e tamanho da família, uma vez que a mão-de-obra utilizada nas mesmas é preponderantemente familiar. Apesar de trabalhar cerca de 10/16 horas semanais a mais do que o homem, o trabalho da mulher é considerado atividade não econômica, não produtiva, além de ser não remunerado. Esta situação de desconsideração pelo trabalho feminino é verificado na família produtora, nos órgãos institucionais, e em algumas ONGs, muitas delas responsáveis por programas de desenvolvimento junto a essas famílias agricultoras, que não levam em consideração a participação real das mulheres nos mesmos. Na análise de duas agroindústrias de pequeno porte, duas mini-usinas de leite, verificamos que as mulheres participaram no processo de gestão e implementação das mini-usinas mas o mesmo não ocorria atualmente. Uma reestruturação dos projetos voltados para a agricultura familiar, no sentido de incentivar e valorizar uma maior participação das mulheres e jovens em todas as etapas do processo, se faz necessária para que haja um nível de aceitação maior por parte de toda a família.

Palavras-chaves: relações de gênero; agroindústria de pequeno porte; agricultura.

INTRODUÇÃO

Escolher trabalhar com as mini-usinas de leite foi uma decisão proveniente da aproximação tradicional da mulher agricultora catarinense com a produção do leite e com a sua comercialização através de produtos beneficiados como queijo, nata e outros. Ao entendermos que as tarefas e a comercialização da produção do leite são, na maioria das propriedades agropecuárias familiares, especificamente femininas, supúnhamos que estas seriam diretamente afetadas pela modificação que a proposta de uma agroindústria de pequeno porte, no caso uma mini-usina de leite, traria para a propriedade.

Algumas questões que nos guiaram e as quais tentamos responder neste trabalho eram referentes às modificações que poderiam ocorrer nas relações de gênero em termos da divisão sexual do trabalho e das relações de poderes na propriedade quando da associação à mini-usina. Estávamos preocupada com quais as implicações que estas alterações teriam na administração sócio-econômica da propriedade, uma vez que este tipo de agroindústria de pequeno porte vai alterar a autonomia feminina sobre a comercialização de um produto que fornece uma renda secundária, que geralmente é dirigida para os gastos da casa e dos filhos, e que é controlada pelas mulheres.

Como uma das questões levantadas em relação às alterações na atividade leiteira da unidade de produção era o aumento ou não da quantidade de trabalho feminino, procuramos desta maneira identificar duas mini-usinas que tivessem diferentes níveis de tecnologia poupadora de mão-de-obra. Assim, com a ajuda do CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), as mini-usinas de leite escolhidas foram, em Mafra, a “Leite do Campo” e em Otacílio Costa, a “Leite da Família”, sendo que em Mafra todos os agricultores associados à mini-usina de leite já tinham adquirido a ordenhadeira mecânica, o que não acontecia em Otacílio Costa, onde nenhum dos associados tinha esse equipamento.

Outros motivos para optarmos por estas duas mini-usinas foi a de que ambas trabalhavam com a venda de leite fluído empacotado e ambas tinham vários associados, pois algumas mini-usinas que beneficiam o leite podem ter somente um proprietário que arrecada leite dos seus vizinhos, o que nos levaria a ter que escolher mais de duas mini-usinas, para conseguir um número razoável de mulheres agricultoras a serem entrevistadas. Outras mini-usinas trabalham com o beneficiamento total do leite, seja transformando-o em queijo ou outros produtos e, caso escolhêssemos uma destas mini-usinas, correríamos o perigo de

encontrar algumas das mulheres agricultoras associadas trabalhando diariamente dentro da mini-usina e não na propriedade agrícola.

Na usina de Mafra, apesar de termos 8 associados, somente 5 mulheres foram entrevistadas. Isto ocorreu porque 2 associados não têm propriedade agropecuária e deixam suas vacas ao cuidado de outros sócios. E um terceiro associado é solteiro.

Em Otacílio Costa, o número de associados chega a 11, sendo que todos possuem uma propriedade agropecuária e são casados, o que possibilitou que fossem feitas 11 entrevistas. No total entre as duas mini-usinas foram ouvidas 16 mulheres.

Nas propriedades, as entrevistas foram centradas nas esposas dos associados, o que não impediu que os outros familiares, principalmente os maridos, tivessem sido questionados em relação à propriedade, à produção, à mini-usina de leite e às atividades agropecuárias em geral.

Foram feitas entrevistas semi-abertas mas, devido ao fato de que a distância entre as propriedades muitas vezes impedia que se fizesse mais de duas entrevistas por dia, houve a possibilidade de uma conversa descontraída ao conhecermos as propriedades após as entrevistas, até participando de algumas atividades como o manejo, alimentação e ordenha das vacas. Durante estas conversas nas caminhadas, nas ordenhas, dentro das casas, durante as refeições ou os cafezinhos, pudemos obter informações que as mulheres entrevistadas consideravam “não oficiais”, que supostamente não serviriam para a pesquisa. No nosso entender, porém, estas foram muito ricas por trazerem conhecimentos a respeito das relações delas com a família e com a mini-usina, e de como esta alterou seus ritmos de vida.

Outra fonte de informações foi a estadia que tivemos, durante o tempo que utilizamos para realizar as entrevistas, junto à casa de dois associados, um em Mafra e outro em Otacílio Costa. Adaptar-se à rotina das mulheres, observando e colaborando em suas tarefas dentro e fora de casa, na propriedade e durante as atividades leiteiras, mesmo nos ausentando para fazer as entrevistas, permitiu-nos, através de uma observação assistemática e mesmo participante, aclarar algumas dúvidas que haviam ficado em relação à validade das respostas, algumas vezes “idealizadas” pelas mulheres e principalmente pelos homens.

Fizemos também entrevistas com técnicos e extensionistas da EPAGRI (Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina), do ICEPA (Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina) e com um dos agrônomos responsáveis pelos projetos de Agroindústria de Pequeno Porte do CEPAGRO, que nos forneceram informações sobre as agroindústrias em geral, sendo que o engenheiro agrônomo da

CEPAGRO também intermediou e possibilitou nossa estadia junto às agricultoras entrevistadas.

É preciso deixar claro que ao optarmos pelo estudo de caso, método de pesquisa por nós utilizado, tínhamos consciência de que não seria possível fazer uma generalização estatística dos dados obtidos por não estarmos trabalhando com todo o universo existente de mini-usinas de leite e tampouco com uma amostra representativa do mesmo. Porém, poderíamos chamar a atenção para a pequena importância dada às mulheres, mesmo na implementação de alternativas produtivas que as afetam diariamente.

Como diz Yin (1994), para os estudos de caso é fundamental o suporte teórico. Em nossa pesquisa, procuraremos verificar se, nos dois casos estudados, confirmam-se as hipóteses derivadas das teorias que explicam a subordinação feminina pelas relações de dominação, sancionadas culturalmente, que existem entre os sexos.

Entre os diversos estudos e pesquisas que trabalham com mulheres agricultoras a que tivemos acesso, dois se encontram mais próximos deste trabalho: a pesquisa do DESER (Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais) chamada “Gênero e agricultura familiar – cotidiano de vida e trabalho na produção de leite” (1996) e a pesquisa de Maria Ignez Paulilo que se chama “A agrofemindustrialização do leite em Santa Catarina” (1996), sendo que participamos ativamente desta última.¹

O trabalho do DESER foi baseado em pesquisa realizada com 70 famílias agricultoras que produziam leite para vender ou somente para o consumo, em duas regiões do Paraná, sudeste e centro, consideradas representativas em relação à agricultura familiar do sul do Brasil. Já o trabalho de PAULILO foi centrado em uma amostra de 33 famílias, sendo que todas elas produziam e comercializavam leite, diferenciando-se quanto à quantidade produzida. Sua pesquisa foi realizada no Vale do Itajaí, em Santa Catarina. Ambas as pesquisas realizaram seu trabalho de campo no mesmo ano, 1995, e buscaram demonstrar a importância do trabalho da mulher agricultora na unidade de produção familiar, dando maior ênfase às atividades femininas relacionadas à produção de leite.

Este trabalho se divide em quatro capítulos, sendo que, no primeiro, a discussão teórica vai mostrar como a naturalização da divisão sexual do trabalho e dos papéis de homens e mulheres na sociedade, que na verdade são social e historicamente construídos, vai provocar uma desqualificação do trabalho feminino em relação ao masculino.

¹ Somos gratas ao CNPq pela bolsa de iniciação científica que recebemos para participar desta pesquisa desenvolvida pela Prof^a Maria Ignez Paulilo.

No capítulo 2 vamos observar os efeitos da modernização agrícola sobre a agricultura familiar. Veremos também a importância da utilização da mão-de-obra familiar na pequena propriedade; como esta família rural define a divisão do trabalho baseando-se no gênero e na idade dos diversos membros; a relação com a tecnologia; a desconsideração do trabalho feminino enquanto trabalho produtivo; e os problemas da desigualdade na distribuição de recursos e treinamentos entre os membros do grupo.

No capítulo 3 vamos analisar como uma fonte de renda secundária e feminina transformou-se em uma alternativa de renda principal, as agroindústrias de pequeno porte, e qual a participação que as mulheres têm nas mesmas. Em seguida é a vez de verificarmos como se dá a produção e comercialização do leite nas pequenas propriedades em Santa Catarina e em relação às mini-usinas.

No capítulo 4 teremos a caracterização dos municípios, das mini-usinas, das famílias e suas propriedades. Analisaremos as modificações ocorridas na divisão sexual do trabalho e nas relações de poder nas famílias pesquisadas após a associação à mini-usina de leite.

Concluimos relacionando a implementação das mini-usinas às alterações nos relacionamentos conjugais e familiares influenciadas pelas transformações advindas destas agroindústrias.

CAPÍTULO 1

A construção da naturalização das desigualdades nas relações de gênero

Na área rural, mais do que na área urbana, a divisão sexual do trabalho é baseada em alguns princípios que supostamente explicariam o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher. Força, capacidade intelectual, delicadeza, paciência, rapidez e outras são considerados características necessárias para diferentes tarefas, sendo que os homens teriam algumas dessas características e as mulheres outras. Isso nos remete a FERREIRA (1989)² para quem a divisão sexual do trabalho advém da divisão sexual dos papéis na sociedade.

Se observássemos a divisão sexual dos papéis na sociedade sob uma ótica essencialista³, a qual pressupõe a diferença entre homens e mulheres como inscrita na natureza biológica de cada um, aceitaríamos o discurso simbólico, presente no imaginário social, que personifica a mulher como tendo uma “natureza feminina, morfológica, biológica e psicológica”, (HERETIER, 1987, p. 99) que determina que ela seja possuidora de uma “fraqueza natural” que implicaria e legitimaria a sua sujeição e subordinação ao homem, que por “natureza” é o mais forte, o mais inteligente, o mais rápido, o que estaria mais preparado para comandar ou, em nosso caso, chefiar uma família.

Vale a pena lembrar que é exatamente assim que as mulheres são vistas por uma grande parte da população mundial: as mulheres devem ficar em casa, gerando e cuidando dos filhos, no espaço doméstico. Ao se afirmar que sempre e em todos os lugares as mulheres se ocuparam do espaço doméstico, eliminam-se as diferenciações históricas e ressaltam-se as características “naturais” desta função (SAFFIOTI, 1988, p. 11). E uma vez que, socialmente, o papel da mulher é o de reprodutora biológica, de dona de casa⁴, ela não teria por que ocupar o espaço da produção, já que a ela é reservado o espaço íntimo da casa, onde é vista quase

² Apud LOBO (1992, p. 257).

³ Em seu artigo *Iguais mas não idênticos*, YANNOULAS (1994, p. 8) vai trabalhar com três tipos de discurso sobre as diferenças entre homens e mulheres. “Segundo a ótica essencialista, a diferença sexual não poderia resolver-se teoricamente, dado que é uma diferença inscrita na natureza dos seres humanos. Já segundo a perspectiva racionalista, teoricamente é possível eliminar todas as diferenças sexuais através da eliminação da dominação patriarcal”. E, para o pluralismo, a diferença sexual não é uma questão teórica, mas uma questão de praxis, a ser resolvida no campo ético-político.

⁴ CASTRO e LAVINAS (1992) lembram que em alguns estudos foi colocado que a inserção da mulher no mercado de trabalho está relacionada à sua posição na família, principalmente à presença de filhos pequenos e à classe social a que pertence. No entanto verificou-se mais tarde que mesmo mulheres com filhos pequenos trabalhavam se fosse preciso.

como parte do ambiente doméstico. Sendo assim, quando trabalha na produção ela está “ajudando”, “complementando” o serviço masculino, não importando se essa participação é temporária ou não. BULLOCK (1994, p. 42), descrevendo as atividades agrícolas realizadas por homens e mulheres em diversos continentes, aponta que na América Latina a cultura do homem como arrimo de família é tão forte que quase por definição somente a atividade econômica dos homens conta como trabalho.

Ao se abordar as diferenças entre homem e mulher como uma questão natural, permite-se que se discuta as diferenças sexuais em termos biológicos ou remetendo a uma superioridade masculina sem uma origem determinada, que estaria presente em todas as relações sociais, não possibilitando alterações no comportamento de ambos os sexos, uma vez que essas diferenças fariam parte da existência humana como uma determinação pré-existente. Ao transformar em natural o que é socialmente construído, ou seja, adotando uma perspectiva de que o biológico responde pelas diferenças sexuais de comportamento, adota-se então uma maneira de pensar essencialista.

Nas propriedades rurais familiares a mulher está submetida, assim como os outros membros da família, à autoridade paterna que não se limita a dominar o espaço da produção e o espaço público, mas que permeia todas as decisões relativas às relações sociais e que, segundo BRUMER (1996, p. 40), “tem o apoio das instituições sociais tais como o Estado e a religião”. Nas relações entre homens e mulheres dá-se o nome de patriarcalismo a esse fenômeno. CASTRO e LAVINAS (1992, p. 237) colocam que o uso do termo patriarcado remete a uma “noção de poder de dominação masculina”, e também à sua participação no imaginário social, devendo ser usado como uma “referência implícita e sistemática da dominação sexual”. Para SAFFIOTTI (1988), o patriarcado seria uma forma de dominação presente em múltiplos planos da existência cotidiana; além de um sistema de dominação seria também um sistema de exploração que, no caso das mulheres, se daria na medida em que as sujeitaria a trabalhar em más condições e por salários mais baixos.

Utilizando-se o conceito de gênero, obtemos uma visão mais global das relações sociais entre homens e mulheres, sem ser preciso utilizar termos dicotômicos que só reforçam a divisão social e sexual entre eles. SCOTT (1995, p. 86) define gênero como “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos” e “como uma forma primária de dar significado às relações de poder”, sendo que na constituição das relações sociais temos as instituições e a organização social enquanto sistemas políticos e econômicos influenciando normativamente, tentando limitar e conter as possibilidades metafóricas

individuais dos “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas”. Ou seja, uma vez que as “mudanças na organização das relações de poder correspondem sempre a mudanças nas representações do poder”, mesmo não sendo em um sentido unidirecional, a manutenção da ordem vigente social e econômica acaba sendo mantida através de normas impostas a cada indivíduo por instituições como a igreja e a escola.

São estas mesmas instituições que perpetuam a distribuição do poder de maneira desigual entre homem e mulher, cabendo a esta uma posição subalterna na organização da vida social. No meio rural há um rígido e severo controle, familiar e comunitário, sobre o grupo doméstico, principalmente em relação as mulheres e fundamentalmente relacionado com a moral sexual e familiar (SAMPEDRO, 1996a).

As relações de trabalho, que são uma face das relações sociais entre os gêneros, estão, assim, também permeadas “por construções sociais e históricas, interdependentes e complementares” (LOBO, 1992, p. 260), além do que um mercado de trabalho sexualmente segregado faz parte do processo de construção dos gêneros, e isto permite melhor entender a situação de invisibilidade do trabalho feminino.

As mudanças tecnológicas já foram relacionadas, segundo Lobo (1992), com a formação, pelo capitalismo, de um exército de reserva de mão-de-obra feminino, o que no entanto não se confirmou por terem as indústrias e o comércio mantido as mulheres em seus cargos de trabalhos em tempos de recessão. No entanto, a tecnologia possibilitou uma forma de discriminação no critério de qualificação da mão-de-obra que mantém a divisão sexual do trabalho. A isto LOBO (1992, p. 259) denomina “os talentos das mulheres e a qualificação dos homens”.

Nas mulheres temos “os talentos” porque, segundo KERGOAT (1986, p. 83-84), considera-se que as qualidades femininas que justamente qualificam as mulheres para o trabalho, como “destreza, minúcia, rapidez”, sejam consideradas inatas e não adquiridas; são vistas como dons da natureza e não da cultura. A autora chama a atenção para o fato de que essas qualidades foram adquiridas através “de um aprendizado (na profissão de futura mulher), quando eram meninas, depois mediante uma formação contínua (trabalhos domésticos)”, sendo que as próprias mulheres subestimam suas qualificações por não terem sido adquiridas por meio de alguma instituição de ensino. No entanto, na área rural, a qualificação das mulheres para a profissão de dona-de-casa compreende não só o espaço doméstico, os filhos e a casa, mas também o trabalho na lavoura e com os animais.

Observamos assim que a discussão a respeito da qualificação demonstra como a divisão sexual do trabalho pode ser tendenciosa e de como, novamente, ocorre uma invisibilização quanto à qualificação feminina, seja na área rural, seja na área urbana. Isto significa que as relações de poder entre os sexos permeiam também as relações de trabalho, o que leva a uma diferenciação de salários, de promoções, de perspectivas de carreira e de qualificações diferentes para homens e mulheres. Pesquisas como as realizadas pela ONU (1995) demonstram que entre as profissões da área da saúde e educação, onde em muitos países as mulheres são mais de 50% da mão-de-obra, os homens ainda recebem salários mais altos e ocupam cargos mais importantes, mesmo tendo a mesma escolaridade. Já no Brasil MELO (1995) aponta para uma diferença salarial de até 50% entre homens e mulheres que possuem o 3º grau escolar e que atuam em diversas profissões.

Assim como o patriarcado e a abordagem essencialista não são suficientes para explicar a permanência da hierarquização do comportamento masculino e feminino na sociedade no que diz respeito à divisão de poder e de tarefas, porque cada um a sua maneira cristaliza as relações entre homens e mulheres pressupondo características universais de comportamento ou de essência biológica, também não é suficiente a compreensão das diferenças como derivados apenas de processos de socialização distintos para homem e mulher.

Afinal de contas esses processos de socialização têm se alterado historicamente, possibilitando maiores aberturas à participação feminina no mundo do trabalho e da política, mas, mesmo assim, a manutenção da desigualdade continua, estando a mulher sempre correndo o risco de perder os espaços e os direitos conquistados, seja na área urbana ou na área rural.

Segundo BOURDIEU, nas sociedades em que a dominação masculina predomina, tem-se uma interpenetração da divisão sexual nas práticas e pensamentos dos indivíduos, em todas as classificações que possam realizar. Está presente nas divisões de espaço, na utilização do tempo, nas práticas corporais, nos comportamentos, enfim, está no *habitus* de cada indivíduo, funcionando “como um princípio universal de visão e de divisão, como um sistema de categorias de percepção, de pensamento e de ação” (BOURDIEU, 1995, p. 137).

A noção de *habitus* de BOURDIEU (apud Ortiz: 1994) traz consigo uma idéia de que as ações dos indivíduos antes de serem estruturas estruturantes são estruturas estruturadas, ou seja são influenciadas por um sistema de classificações, que faz parte do inconsciente e é adquirido durante anos de convívio em uma determinada sociedade. Na verdade BOURDIEU

usa a expressão “somatização das relações sociais” para que se possa compreender a extensão dessa influência na formação do indivíduo. É preciso deixar claro então como a dominação masculina faz funcionar a produção de um “*habitus* sexuado e sexuante” que aplica a todas as coisas do mundo e ao próprio corpo uma classificação sexista, que acaba tornando-se então um essencialismo.

Para exemplificar a idéia de um “*habitus* sexuado e sexuante” BOURDIEU (1995, p. 141) vai trabalhar com a sociedade Cabilia⁵, na Argélia, expondo o que os indivíduos nesta sociedade representam como oposições entre o que é masculino e feminino e que são constantemente redefinidos e legitimados por um sistema mítico-ritual. Nesta sociedade a mulher é identificada ao úmido e ao curvo, ao baixo e ao contínuo, ao dentro, ocupando um espaço inferior e interior, ligado aos trabalhos domésticos, que são considerados “privados e escondidos e até mesmo invisíveis ou vergonhosos”, daí ela cuidar das crianças, dos pequenos animais e da casa e, nos trabalhos exteriores, é sua responsabilidade os trabalhos mais monótonos e mais humildes, ligados à água, às plantas, ao leite, à madeira, ao transporte de estreme. O homem, ligado ao fogo, ao seco, ao fora, é superior, faz parte do público, do que é exterior, do alto, trabalhando com atividades “que marcam rupturas no curso comum da vida”, ou seja, com atividades espetaculares, grandiosas e que requerem coragem, assim trabalham a lavragem, a colheita e fazem as guerras.

Verifica-se então como a identificação do corpo biológico com determinadas características se estende a várias esferas de sociabilidade, entre elas, a divisão sexual do trabalho. Estas representações estendem-se também aos papéis que os indivíduos têm nas relações públicas e privadas, que encontra no próprio corpo e nos ciclos biológicos e cósmicos a justificativa para a relação desigual de dominação, que não é vista como assimétrica mas sim como natural.

BOURDIEU (1995, p. 145) diz que “há um trabalho milenar de socialização do biológico e de biologização do social que, invertendo a relação entre as causas e os efeitos, faz uma construção social naturalizada (os *habitus* diferentes produzidos pelas diferentes condições sociais socialmente construídas) aparecer como a justificação natural da apresentação arbitrária da natureza que está no princípio da realidade e da representação da realidade”.

⁵ Os membros desta comunidade, segundo o autor, “...fizeram de sua cultura um reservatório de um antigo fundo de crenças mediterrâneas organizadas em torno do culto da virilidade”(BOURDIEU, 1995, p. 147).

Há um pré-julgamento que é apreendido como o correto e, na formação do *habitus*, é incorporado como se fosse naturalmente biológico e não arbitrariamente concedido, e é assim que determinadas características obtêm aparência de um “fundamento natural a uma identidade que lhes foi socialmente imposta”. Dessa maneira a mulher, enquanto porção dominada, aceita a estereotipização do que é o seu corpo, a sua personalidade, assumindo como seu o pensamento dominante com toda a sua força simbólica, aplicando a si mesma o que BOURDIEU (1995, p. 143) chama de “a lógica do preconceito desfavorável”, que ela não consegue identificar como tal por estar freqüentemente “inacessível às tomadas de consciência reflexiva e aos controles da vontade”.

BOURDIEU (1995) afirma que permanece no mercado de trabalho um sistema de oposições, mesmo sendo este mercado permanentemente questionado em relação às fronteiras entre o público e o privado. A necessidade de mão-de-obra, como ocorreu na Segunda Guerra Mundial, por exemplo, vai ampliar o campo de trabalho feminino para espaços antes considerados masculinos, como as fábricas de armamento, de auto-peças e automotivas. É interessante verificar que a manutenção da mão-de-obra feminina em espaços masculinos ou em profissões consideradas masculinas não aconteceu sem que esses novos espaços e profissões sofressem uma desvalorização de status e econômica, seja na área rural ou urbana, pela suposta falta de qualificação da mão-de-obra feminina.

Neste caso a discussão anteriormente desenvolvida a respeito da qualificação masculina e do talento feminino pode ser explicada aqui por BOURDIEU (1995, p. 147), quando este diz que “a competência socialmente reconhecida a um agente determina sua propensão a adquirir a competência técnica correspondente e, por isso, suas chances de possuí-la”. Entendemos então, nas áreas rurais, porque o acesso a recursos de treinamento, informação e educação para a utilização de novas técnicas é permitido principalmente aos homens. Estes são considerados os que detêm a capacidade de adquirir o saber, os que têm maior habilidade para lidar com o que é externo à propriedade e, conseqüentemente, os que tem mais “direito” a obter essa competência técnica. A mulher, sob a influência de uma “lógica do preconceito desfavorável” que a direciona para um âmbito doméstico, onde não se necessita maiores conhecimentos técnicos, vai ser levada a abrir mão desse treinamento oficial, mesmo que necessite dele posteriormente, quando estiver “ajudando” seu companheiro nas tarefas da unidade de produção.

Mudar o *habitus* não é fácil diz BOURDIEU (1995, p. 175), não é uma tomada de “consciência libertadora” que vai liberar os dominados de um momento para o outro da

influência coercitiva, no caso a dominação masculina. Mesmo porque alterações pressupõem uma ruptura nas estruturas mentais não só dos dominados, mas também dos dominantes, que só podem contribuir para a libertação ao se libertarem de seu ardiloso privilégio, questionando coletivamente a violência simbólica da dominação. Parece-nos que BOURDIEU é bastante adequado para explicar a permanência de uma hierarquização entre homens e mulheres, mas é algo fatalista, porque percebe a mudança a partir de uma “conversão coletiva das estruturas mentais”, deixando pouco espaço para que isto ocorra a nível individual, ou seja, dos atores sociais, o que na realidade vem acontecendo pois os movimentos sociais e culturais estão aí para provar.

Se as mulheres na unidade de produção questionam suas posições dentro da família e da divisão sexual do trabalho, é porque percebem, se não a dominação masculina a que estão submetidas, uma relação de poder desigual dentro da unidade de produção. Porém, perceber a desigualdade não significa identificar exatamente onde está o poder, primeiro porque não existe um poder e sim, como coloca FOUCAULT (1979), micropoderes que, embora legitimados pelas instituições, encontram-se nas práticas sociais e individuais do cotidiano. Segundo porque, se o poder é distribuído de forma desigual entre os gêneros, significa dizer que em maior ou menor grau a mulher também exerce poder na relação, mesmo que esse exercício não seja no sentido da busca da dominação, mas no de formas de resistência. SOIHET (1997, P. 107), ao criticar a suposta naturalidade da submissão feminina, aponta para a capacidade de atuação das mulheres na construção das relações sociais de gênero através das manifestações cotidianas de resistência, uma vez que “as fissuras à dominação masculina não assumem, via de regra, a forma de rupturas espetaculares, nem se expressam sempre num discurso de recusa ou rejeição”. As vezes, simplesmente, as mulheres vão para as cidades abandonando o meio rural.

Assim como as relações de gênero são construídas historicamente, as “relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social” (FOUCAULT, 1979, p. 179) também o são e, conseqüentemente, estão sujeitas a constantes transformações, influenciadas pelas mudanças nas organizações culturais, políticas e econômicas.

CAPÍTULO 2

Uma Vista Panorâmica da Agricultura Familiar

2.1 – Alguns resultados da modernização na agricultura

A agricultura familiar no estado de Santa Catarina vem se destacando tanto pela grande quantidade de propriedades familiares, quanto pela diversidade de produtos agropecuários que abrange. Para se ter uma idéia da importância das propriedades familiares neste estado verificamos que, segundo o Censo Agropecuário 95/96, 89,7% do total dos estabelecimentos com menos de 50ha ocupam 40,59% das terras, em comparação com o Brasil que tem 80,62% do total dos estabelecimentos com menos de 50ha, ocupando 12,19% das terras.

No entanto, é preciso ficar atento para o fato de que os agricultores familiares não são um segmento com características idênticas, mas são assim denominados por terem uma organização sócio-econômica que procura relacionar a produção agropecuária com a reprodução do grupo familiar; por utilizarem, predominantemente, mão-de-obra familiar e ocasionalmente empregados temporários; e por terem em sua grande maioria um tamanho de propriedade até 50ha.

Quando LAMARCHE (1993, p. 16) coloca que “a exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são camponesas”, quer dizer que a relação destas explorações com o mercado pode ser distinta. No Brasil, sabemos que essa é uma distinção importante, pois nem todas as propriedades familiares conseguiram acompanhar a modernização do setor agrário que se fez pelo uso cada vez mais crescente de insumos industrializados, maquinários e novas tecnologias na propriedade. O êxodo rural e a proletarianização são resultados diretos da modernização por que passou o meio rural nas últimas décadas. Uma modernização “conservadora” como coloca SILVA (1982), por ter se concentrado na utilização de insumos industriais sem alterar a estrutura agrária nacional.

A modernização trouxe consigo novas formas de se produzir, alterando todo um processo de aprendizagem baseado em uso tradicional do espaço, dos produtos e do meio-ambiente. Os novos projetos trazidos junto com a Revolução Verde alteraram a divisão sexual do trabalho ao mudar o ritmo do ciclo produtivo (FIÚZA, 1998, p. 986), sem, no entanto, alterar no seio das famílias as relações de poder e de oportunidades, que continuaram as mesmas, com o homem como chefe da família.

Este contexto de diferenciação das oportunidades tem provocado nas mulheres várias reações em busca de melhores alternativas de vida. Entre estas alternativas encontramos, dentro da propriedade agropecuária, movimentos de mulheres agricultoras, como o MMA, que procuram proporcionar uma valorização da agricultora enquanto mulher e enquanto produtora de alimentos. As alternativas fora da propriedade agropecuária têm sido o casamento com homens que não são agricultores, o estudo e/ou emprego nas áreas urbanas. Estas últimas alternativas estão resultando em uma “masculinização” do campo, que pode ser verificada tanto em países desenvolvidos como a França, quanto em países em desenvolvimento como o Brasil, onde, na região nordeste, CAMARANO (1997) registrou nos anos 80/90, um fenômeno semelhante a esse: migração das mulheres do meio rural para o urbano⁶. Para se ter uma idéia dessa migração feminina, nas 1502 cidades nordestinas com menos de 30.000 habitantes, 55% delas têm mais homens do que mulheres (Veja, 1998).

O êxodo masculino que está ocorrendo não só no Brasil como em outras regiões mais pobres do terceiro mundo, por outro lado, tem provocado alterações nos papéis femininos, uma vez que as mulheres passam a assumir a chefia da família e da propriedade, com a ajuda de parentes, dos filhos adultos, ou geralmente sós⁷ com os filhos menores (JAZAYRI, 1988; TEIXEIRA, 1994; SUÁREZ, 1994).

De qualquer maneira é interessante observar que as alterações ocorridas devido à modernização da agricultura ou a políticas governamentais destinadas à agricultura podem influir diretamente na organização do trabalho na unidade de produção, sobrecarregando ou liberando a mão-de-obra familiar existente.

2.2 – Quando otimizar é a palavra-chave na utilização da mão-de-obra familiar

Na unidade familiar de produção a mão-de-obra familiar é extensamente utilizada. Porque? Porque a propriedade seria inviável se fosse necessário pagar trabalhadores. CHAYANOV (1981), estudando os camponeses da Rússia, observou que a lógica de produção dos mesmos era diferente da lógica de produção de um pequeno comerciante, pois os camponeses não tinham um controle exato dos gastos e da renda obtida com sua produção. Isto acontecia, e ainda acontece, porque há fatores subjetivos que não são passíveis de contabilização como, por exemplo, a utilização da mão-de-obra familiar não remunerada e o

⁶Ver também DESER (1998) e MMA - SC (1994).

⁷A migração dos homens, ao alterar a organização familiar, propicia à mulher acesso aos negócios exteriores como a venda do produto e o acesso à renda total mas, por outro lado, ela arca com mais trabalho.

auto-consumo, ou seja, o fato de que a maior parte da alimentação das famílias advém da unidade de produção. São fatores como esses que permitem a permanência do pequeno agricultor nas unidades de produção.

A importância da utilização da mão-de-obra familiar para a sobrevivência da unidade de produção pode ser melhor entendida na expressão utilizada por CHAYANOV (1981, p. 138): “auto-exploração”. Este autor coloca que o grau de exploração desta mão-de-obra varia conforme a necessidade de se estabelecer um equilíbrio interno entre a “satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho”. Um elemento importante nesse equilíbrio é a composição da família. A presença de vários membros já adultos ou adolescentes traz melhores perspectivas de desenvolvimento do que uma predominância de filhos pequenos. Um bom exemplo de como a composição da família influi na decisão do que plantar é a produção de fumo, muito presente em Santa Catarina. Esta cultura, ao mesmo tempo que demanda uma grande quantidade de mão-de-obra, adequa-se à capacidade de trabalho de crianças e idosos. Por isso, são sempre famílias numerosas com muitos filhos pequenos que se dedicam à fumicultura (PAULILO, 1990).

A maioria das propriedades familiares fazem uso intensivo da mão-de-obra de seus membros devido ao fato das mesmas terem baixo poder econômico para adquirir insumos e tecnologias que poderiam poupar trabalho. Verifica-se que a baixa utilização ou a não utilização de tecnologias e insumos acaba implicando em uma maior dependência da mão-de-obra familiar, ou seja, o tamanho da família pode limitar ou facilitar um maior desenvolvimento da propriedade. Porém, se muitos filhos significa muitos braços é preciso considerar que uma propriedade familiar pode não dar conta de absorver sua mão-de-obra por ter um tamanho reduzido, o que leva a que alguns de seus membros partam em busca de trabalho em outras regiões, mantenham um emprego na área urbana mais próxima ou trabalhem em propriedades maiores próximas a de origem, em busca de uma renda complementar.

Esta situação onde a mão-de-obra da propriedade é levada a procurar outras alternativas de emprego já podia ser observada em Santa Catarina, segundo SEYFERTH (1983, p. 84), nas décadas de 30/40. O termo “colono-operário” foi utilizado para se designar os agricultores de origem européia que tinham emprego nas fábricas de tecidos sem contudo abandonar a unidade de produção. Trabalhando em turnos, era possível que uma família se revezasse no cuidado da propriedade que, sozinha, já não dava conta da manutenção econômica de seus diversos membros. A renda complementar vinha do trabalho como

operário pois o trabalho na “colônia” era tido como ocupação principal, o que demonstrava uma valorização da profissão de agricultor.

Hoje uma grande parte da mão-de-obra ociosa nas propriedades parte em busca de melhores opções de emprego, de estudo e de moradia e não voltam para a área rural. Quem fica na propriedade passa a assumir maiores responsabilidades e uma maior carga de trabalho.

2.3 - Gênero e geração definindo a divisão do trabalho

Na unidade familiar, segundo LECHAT (1996, p. 96), “a produção e reprodução do patrimônio e das pessoas constituem um processo único”, onde a participação dos membros, de acordo com a idade e com o sexo, se distribui conforme os “diferentes momentos que compõem o processo produtivo anual das culturas, bem como do ciclo de desenvolvimento da família”, o que propicia uma naturalização da divisão do trabalho.

A divisão do trabalho, na maioria das unidades, é feita sob a orientação do chefe da família, o pai que, se configurando como o administrador da propriedade, dá à organização familiar seu caráter extremamente patriarcal, pois nem os filhos nem a esposa têm autoridade para contestar as ordens do chefe da família⁸. Há então no processo da divisão sexual do trabalho condicionamentos culturais que determinam a posição de cada indivíduo na propriedade e na família. Segundo WOORTHMANN (1997, p. 38), a ideologia “camponesa” entende o pai de família como “aquele que ‘re-une’ todas as condições para participar de todo o processo de trabalho”; aquele que é o dono do saber. Transforma-se assim o saber em um componente reforçador da hierarquia familiar, embora os outros membros da família, como os filhos e a esposa, também conheçam as diferentes etapas do processo produtivo.

No entanto enquanto para os filhos estar sob as ordens do pai é uma situação provisória, pois posteriormente eles vão se tornar chefes de família, para as filhas esta é uma situação permanente, uma vez que elas primeiro são consideradas ajudantes na propriedade do pai e depois, como esposas, vão se tornar ajudantes do marido, pois a propriedade e o status profissional de chefe da mesma são transmitidos de pai para filho, o que transforma as mulheres em eternas ajudantes familiares, em trabalhadoras invisíveis do ponto de vista social (SAMPEDRO, 1996).

⁸ Embora existam trabalhos que demonstram que a mulher pode ter uma maior participação na administração interna da propriedade, não acontecendo o mesmo a respeito dos assuntos que se relacionam com o público externo.

Na propriedade familiar o trabalho do homem está ligado ao âmbito da produção enquanto o da mulher ao da reprodução. O homem cuida da lavoura e das criações de grande porte, produtos que se destinam à venda no comércio e que propiciam uma ou várias rendas de maior valor. Enquanto o trabalho da mulher é cuidar da casa e do quintal. Vários estudos⁹ sobre agricultura familiar demonstram que a mulher, no âmbito da propriedade agrícola, desempenha tarefas que são denominadas domésticas: lavar, passar, cozinhar, limpar a casa, educar os filhos, além de tomar conta da horta e dos animais “domésticos”. Os animais domésticos, também chamados de “criação miúda”, são as galinhas, porcos e vacas de leite, mesmo que essas de miúdas não tenham nada. Mas é interessante verificar que também pode ser considerado trabalho feminino atividades de processamento como fabricar farinha de milho, de mandioca e fazer queijos, buscar água e combustível¹⁰, além de carpir, semear e colher, sendo que estes últimos são realizados no espaço masculino da produção no qual as mulheres são consideradas ajudantes.

Para PACHECO (1998) e BASCOS (1994), o trabalho doméstico das mulheres é considerado infinitamente elástico uma vez que ela transita por ambos os espaços: o da produção e o da reprodução, o que demonstra que há uma flexibilização das atividades consideradas produtivas, o que não acontece com as atividades reprodutivas e domésticas. Esta situação pode ser verificada, por exemplo, nas propriedades familiares mais pobres voltadas para a manutenção do autoconsumo onde há uma diversidade de animais e de produtos agrícolas¹¹, ou em momentos em que a demanda por mão-de-obra se faz mais intensa devido ao início ou fim de safra, ou devido à migração masculina.

Em relação ao uso de tecnologia a mulher também fica relegada a um segundo plano. FIÚZA (1998, p. 987) aponta para o fato de que a tecnologia não está isenta de valores sociais, muito ao contrário, ela é valorizada por ser parte do que é moderno e novo e dá status a quem a utiliza, além disso “o trabalho do homem é freqüentemente definido como técnico e trabalho técnico é visto como trabalho de homem. Já o trabalho da mulher é freqüentemente definido como não técnico e trabalho não técnico é visto como trabalho de mulher”.

Muitas vezes quando o trabalho realizado pela mulher como, por exemplo, roçar e semear passa a ser mecanizado, ela perde o espaço de trabalho, não porque não goste de “mexer com máquinas”, mas sim porque o treinamento e a informação para o uso das mesmas

⁹ QUEIROZ (1976, p. 204); LAMARCHE (1993, p. 200-202); BULLOCK (1994, p. 39); MORAIS (1988, p. 151); DIXON-MULLER (1991, p. 229).

¹⁰ No Brasil o combustível é a lenha.

¹¹ Como demonstram BRUMER (1996) e WOORTHMANN (1997).

são dirigidas ao homem, chefe da família. O mesmo acontece com vários outros recursos como financiamento, crédito, educação técnica, etc. (SUÁREZ, 1994). A falta de conhecimento e treinamento faz com que as mulheres fiquem com as tarefas de menor prestígio e importância, sendo sempre excluídas, portanto, do trabalho que requer tecnologia. Ou, como coloca ROCKENBACH (1995, p. 58), “quem tem mais fácil acesso à capacitação também tem preferência na execução e administração das atividades de mais alto nível tecnológico”. Um dado interessante que demonstra a relação das mulheres com a procura de capacitação é o de que, no estado de Santa Catarina no período de 1988/97, as mulheres ocuparam menos de 25% das vagas em cursos profissionalizantes oferecidos pela EPAGRI, sendo que muitos desses cursos são relacionados ao beneficiamento artesanal de produtos agropecuários, como queijo e compotas, atividades onde a presença feminina é constante.

Um exemplo da ocorrência deste tipo de exclusão tecnológica é o descrito por CUNHA (1998) quando, estudando as alterações nas relações de gênero em um projeto de irrigação no nordeste, observou que muitas tarefas que são mecanizadas como irrigação, gradagem, aração, plantio e colheita são realizadas pelos homens, “por terem recebido treinamento para usar corretamente essas técnicas”, sendo que esse treinamento é oferecido somente para eles, apesar de que existem 20 mulheres que são proprietárias de lotes no projeto em questão. As mulheres realizam tarefas consideradas “adequadas” a seus perfis femininos, como colher tomates e acerola, que exigem “delicadeza e paciência” e “independem de capacitação”.

2.4 – A desconsideração do trabalho reprodutivo como trabalho “produtivo”

Os trabalhos na lavoura, em propriedades familiares, apresentam uma certa variação entre as regiões devido à diversidade sócio-cultural e produtiva. Em ‘O peso do trabalho leve’, PAULO (1987, p. 70) demonstra, trabalhando com agricultores de diversas áreas do país, que o trabalho da mulher é considerado leve e o trabalho do homem pesado. Entretanto o que pode ser tarefa feminina e leve em uma região pode ser considerada masculina em outra, o que demonstra que “o trabalho é ‘leve’ (e a remuneração é baixa) não por suas próprias características, mas pela posição que seus realizadores ocupam na hierarquia familiar”.

Estas atividades realizadas pelas mulheres no espaço masculino são consideradas como “ajuda”, uma vez que se considera que a mulher, fora dos limites doméstico, não trabalha. Até mesmo CHAYANOV (apud M. NOBRE, 1994, p. 16) quando ciente do número

de horas trabalhadas pelas mulheres, superior ao dos homens, justifica essa situação alegando que "...em geral a mulher trabalha mais do que o homem, mas seu trabalho não é tão duro". Visão diferente tem BULLOCK (1994, p. 43) quando diz que as mulheres agricultoras são um grupo heterogêneo, mas têm algo em comum: trabalham mais horas que os homens, seu trabalho não é remunerado, dividem sua renda entre os membros da família e, principalmente, sua importância na tomada de decisões, em relação à administração sócio-econômica da propriedade, não é proporcional ao trabalho que realizam.

Segundo SUÁREZ (1994, p. 19), a percepção de que as mulheres "não trabalham" encontra fundamento não só em crenças populares, mas também na própria teoria econômica, que só considera produtivo o trabalho que resulta em bens. Neste caso, o trabalho feminino dirigido ao consumo interno ou para a reprodução do bem-estar da família não é levado em conta. SUÁREZ e LIBARDONI (1992), apud TEIXEIRA (1994, p. 17), lembram que nas propriedades familiares o espaço da produção e o espaço da casa se confundem, dessa maneira a mulher pode intercambiar o seu trabalho doméstico e seu trabalho produtivo sem adentrar no espaço masculino e sem deixar o espaço doméstico feminino.

Essa cultura da desvalorização do trabalho feminino, que não é exclusivo das áreas rurais está presente nas estimativas oficiais, nos censos demográficos e agropecuários, influenciando negativamente em projetos¹² destinados à agricultura em geral, por subestimar a quantidade e a qualidade do trabalho feminino na propriedade familiar. No Censo Agropecuário as mulheres e os filhos, e ocasionalmente outros parentes que residam na propriedade, são considerados, na sua maioria, mão-de-obra familiar não remunerada. Uma situação confusa porque, como salienta SAMPEDRO (1996), estas pessoas são trabalhadoras consideradas "ativas" mas que não recebem salário e que não têm uma atividade profissional concreta.

Os órgãos oficiais como, no Brasil, o IBGE consideram atividades econômicas apenas aquelas que proporcionam uma renda direta, favorecendo os serviços que normalmente são considerados masculinos. Este fato revela que ao se efetuar pesquisas censitárias, não há uma preocupação em se habilitar os pesquisadores a identificar realmente os serviços realizados pela mulher na propriedade (DIXON-MULLER, 1991), considerada quase sempre como mão-

¹² Carolina Moser, técnica-sênior do Banco Mundial, em seu trabalho "Gender planning and development" (1993) lembra que as mulheres ao não serem reconhecidas como importantes nos processos de desenvolvimento, simplesmente não são incluídas nos projetos e formulações políticas a serem implementadas nas diversas áreas.

de-obra não remunerada¹³. Nos países do terceiro mundo, entre eles a América Latina, a mulher trabalha em média de 20 a 30 horas na semana a mais que o homem, e isso não fica claro nos relatórios oficiais (JAZAIRY, 1988).

Os dados apresentados pelo Censo Demográfico do Brasil (1991) sobre Santa Catarina aumentam as dúvidas sobre a fidelidade das informações a respeito do trabalho feminino na área rural, pois eles demonstram que existem na população rural, nos grupos de idade de 15 a 19 anos, 15.514 homens não economicamente ativos contra 36.424 mulheres não economicamente ativas, e nos grupos de idade de 25 a 29 anos, 1.656 homens não economicamente ativos contra 30.587 mulheres não economicamente ativas. Estes grupos de idades são importantíssimos em uma propriedade agropecuária, conforme demonstram alguns trabalhos de campo como o do DESER (1996) e de PAULO (1996), o que nos leva a pensar que o trabalho feminino deve estar bastante subestimado¹⁴.

2.5 – A diferença na distribuição de recursos e de conhecimento

Subestimar o trabalho feminino na unidade de produção e considerar unicamente o homem como chefe da família (aquele que é responsável pela administração e organização geral da unidade familiar) tem resultado em desigualdades não só dentro da família, como também frente às oportunidades trazidas por agentes externos, como bem coloca SUÁREZ (1994, p. 20): "... a informação, o crédito, o treinamento, a assistência técnica e outros benefícios são dirigidos exclusivamente ou preferencialmente ao chefe de família, mesmo que nem sempre seja ele a pessoa mais apropriada para recebê-los e estendê-los". Há uma marginalização feminina da formação profissional agrária e dos processos e instrumentos de modernização, bem como da participação em cooperativas e sindicatos agrários (SAMPEDRO, 1996).

¹³ Segundo BERGAMASCO (1995: 172) mais de ¼ (26,9%) da mão-de-obra familiar agrícola no Brasil é constituída por mulheres, sendo que no sul essa participação passa para 30%.

¹⁴ O Censo Demográfico considera como população economicamente ativa aquela que exerceu trabalho remunerado durante todos os 12 meses anteriores a data do Censo, e também aquelas pessoas "sem remuneração que trabalharam 15 horas ou mais por semana numa atividade econômica, ajudando à pessoa com quem residiam (...)". Entre a população não-economicamente ativa estão as que exerciam afazeres domésticos no próprio lar durante os 12 meses anteriores à data do censo. Como a tendência é considerar a mulher do campo como dona-de-casa, sendo que muitas vezes ela mesmo se considera como tal, não há preocupação em se indagar se ela realizou ou não trabalho fora do ambiente doméstico, o que a levaria a ser considerada como economicamente ativa.

Nem sempre o acesso dos homens aos recursos produtivos vai repercutir diretamente na melhoria do bem estar de toda a família. É preciso ter em conta que, em uma unidade de produção familiar, o homem não trabalha sozinho e que muitas atividades, como já foi colocado, são realizadas pelas mulheres, pelos jovens, ou pela família toda em conjunto. Muitas vezes os recursos recebidos pelos homens são dirigidos às atividades que são de sua responsabilidade ou as que permitem um retorno econômico maior, investindo-se esses recursos em insumos como fertilizantes, sementes híbridas, equipamentos para o trabalho na lavoura, ou tecnologias que facilitem as tarefas masculinas.

Projetos ou programas propostos para elevar a situação econômica da unidade de produção podem, sem ter este objetivo, excluir do processo de trabalho membros da família, como as mulheres, por colocar nos homens toda a responsabilidade e todos os recursos necessários à execução do projeto. São exemplos disso os projetos de irrigação na região de Petrolina (PB), onde as mulheres foram excluídas dos estágios de treinamento, dirigidos aos colonos, assim como também foram excluídas do trabalho nos lotes por terem sido os colonos orientados a preferirem o trabalho assalariado ao invés da força de trabalho familiar (TEIXEIRA, 1994). É interessante observar que nestes projetos de irrigação, contrata-se mão-de-obra feminina para a colheita dos produtos, quase sempre frutas e verduras, por serem as mulheres consideradas “aptas” a este tipo de serviço e, principalmente, porque recebem uma remuneração menor que a dos homens. A mesma situação pode ser encontrada no estudo de CUNHA (1998), já citado anteriormente.

Mesmo projetos não governamentais, como os que ocorrem em assentamentos do Movimento dos Sem-Terra, e que procuram obter uma maior participação das mulheres, têm dificuldades para superar o preconceito ao trabalho feminino em tarefas consideradas masculinas ou, ao contrário, à participação masculina em tarefas femininas no espaço doméstico. Existe uma participação muito grande das mulheres em quase todos os espaços enquanto estão nos acampamentos ou durante a ocupação, mas quando se retorna a uma situação de relativa estabilidade, alguns hábitos anteriores e tradicionais voltam à tona (BERGAMASCO, 1996; LECHAT, 1996; TEIXEIRA, 1994). TEIXEIRA (1994, p. 46) nota que para o aumento da participação feminina nos projetos de assentamentos, é enfatizada a necessidade de que as mulheres busquem partilhar com os homens “os espaços tradicionalmente masculinos”, mas o contrário, a participação masculina no espaço doméstico, não é explicitado ou não está claro. Analisando esta situação ela coloca que “(1) o gênero a ser mudado é o feminino e não o masculino; e (2) o espaço a ser mudado é o espaço

público e não o privado”. Não há um trabalho de conscientização da importância da participação masculina nos trabalhos domésticos e no cuidado com os filhos também como responsáveis e não só enquanto ajudantes.

Se no âmbito do MST já é difícil fazer com que os espaços de trabalho sejam igualmente divididos, não é surpresa que muitos projetos nem ao menos questionem a ausência da participação feminina nas esferas tradicionalmente masculinas, como o projeto das Agroindústrias de Pequeno Porte, colocado como alternativas de renda para os pequenos agricultores por órgãos governamentais e algumas ONG's. Não trazem em sua estrutura instrumentos que definam uma maior integração das mulheres nas diferentes etapas de sua concepção, mesmo quando o produto a ser trabalhado é efetivamente feminino.

CAPÍTULO 3

O Leite e Programas de desenvolvimento: as mini-usinas de leite.

3.1 - Como uma fonte de renda secundária e feminina tornou-se uma alternativa de renda principal: as agroindústrias de pequeno porte

O Centro de Treinamentos da EPAGRI vem desde 1988 profissionalizando agricultores e agricultoras através de cursos básicos, como Administração Rural, cursos técnicos, como Gado de Corte, e cursos de indústria artesanal, como Panificação e Confeitaria. Se em 1988, no primeiro curso oferecido, havia 12 agricultores para o curso de Mecanização Agrícola, em 1998 foram aproximadamente 9.000 agricultores e agricultoras nos 48 cursos oferecidos. Os cursos mais procurados são os de Administração Rural, Processamento de Carne Suína, Processamento de Frutas e Hortaliças, Processamento de Leite, Gado Leiteiro e Mecanização Trator Quatro Rodas.

A participação feminina nos cursos da EPAGRI (1998) vem aumentando gradativamente: de 21,6%, em 1992, para 27% em 1997¹⁵. Quando comparado com a participação masculina, 73% em 1997, poderíamos dizer que a participação feminina é baixa mas, levando-se em conta que a EPAGRI adota um processo de aprendizagem segundo o qual o aluno fica nos Centros de Treinamento cerca de uma semana sem ir para casa, esta diferença é compreensível, pois as mulheres na área rural não costumam se ausentar da propriedade. É interessante notar que a participação feminina verifica-se em cursos que de certa forma se “adequam” à sua atividade doméstica como o de Processamento de Leite e Processamento de Frutas e Hortaliças. Segundo a EPAGRI já é possível notar um aumento na procura, por parte das mulheres agricultoras, de cursos como os de Gado Leiteiro e Olericultura Básico. Mas nos outros cursos, considerados mais técnicos e dirigidos à produção agropecuária, a participação masculina ainda é significativamente maior.

Os cursos profissionalizantes da EPAGRI na área de indústria artesanal foram, e são, oferecidos para melhorar o aproveitamento dos produtos agropecuários da propriedade pela própria família agricultora, possibilitando uma diversificação na alimentação durante o ano

¹⁵ Não foi possível conseguir dados mais completos sobre a frequência da participação das mulheres em todos os cursos. Segundo informações dadas pelos técnicos da EPAGRI, conforme aumentou a variedade de cursos relativos à indústria artesanal, aumentou a participação das mulheres. Para obtermos informações sobre a participação feminina nos cursos profissionalizantes entrevistamos a Senhora Maria Salete Ranzi, extensionista e instrutora da EPAGRI, além de consultar publicações do referido órgão.

todo e, havendo excesso de produção, uma renda extra. Muitos agricultores que já beneficiavam alguns produtos para a venda passaram a utilizar os cursos para obter uma capacitação técnica mais completa na área em que atuavam. Segundo extensionistas da EPAGRI, é importante que o agricultor perceba que tudo o que é produzido na propriedade pode gerar renda. Dessa forma uma atividade secundária ou marginal pode ser transformada em atividade principal, ou em mais uma alternativa de renda, com a agregação de valor à matéria prima “in natura”, através do beneficiamento da mesma.

É importante aclarar que não era objetivo dos cursos da EPAGRI transformar os agricultores em industriais mesmo que em pequena escala. Era, e ainda é, muito complicado adequar a produção artesanal na propriedade agropecuária às exigências relativas à higiene e ao controle de qualidade dos alimentos, principalmente quando se trabalha com beneficiamento de produtos animais. Não obstante, os próprios agricultores, frente à necessidade de encontrarem alternativas que viabilizassem a propriedade familiar, encontraram nestas pequenas indústrias artesanais uma possibilidade de geração de renda e empregos que as atividades tradicionais de cultivos e criação de animais não ofereciam. Isto demonstra que há uma procura por atividades que possam ser desenvolvidas dentro da unidade de produção agropecuária e que sejam extensões das atividades existentes na propriedade.

É assim que alguns órgãos do estado, como a própria EPAGRI e algumas ONG's como o CEPAGRO (Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo), passaram a trabalhar com a idéia das agroindústrias de pequeno porte ou indústrias rurais de pequeno porte.

Desde 1994 o CEPAGRO vem realizando, em Santa Catarina, um trabalho de assessoria junto a pequenos agricultores através do projeto denominado “Agroindústria de Pequeno Porte”, considerado um instrumento para o desenvolvimento local e da agricultura familiar, juntamente com outras ONG's e órgãos governamentais. Segundo o CEPAGRO (1998: 8) as agroindústrias de pequeno porte, através da utilização de instalações e equipamentos adequados a quantidade da matéria-prima produzida pelos agricultores familiares, vão possibilitar que estes a transformem ou beneficiem, obtendo um produto final com qualidade e preço competitivo no mercado local.

Em 1996 a EPAGRI apresentou um projeto do Programa Catarinense da Indústria Rural de Pequeno Porte (PROIND) cujo objetivo era o de “apoiar financeiramente e

tecnicamente os empreendimentos de reconversão¹⁶ dos pequenos agricultores para atividades geradoras de emprego e renda no meio rural”, através das indústrias rurais de pequeno porte¹⁷. O público alvo deste programa seriam grupos de pequenos agricultores proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou ocupantes que atendessem individualmente aos seguintes requisitos simultâneos: utilizar mão-de-obra familiar e ocasionalmente mão-de-obra temporária; ter uma área não superior a 4 módulos fiscais segundo a legislação vigente; a unidade de produção deve fornecer 80% da renda familiar e os proprietários devem morar na propriedade ou em aglomerado rural ou urbano próximo.

No entanto, segundo informações dos técnicos da EPAGRI, o PROIND teve vida curta devido aos altos juros cobrados nos financiamentos e a falta de preparo dos técnicos e extensionistas da EPAGRI para lidar com problemas originados não na manutenção, aumento e qualidade da produção agropecuária, mas com os originados na área administrativa e legislativa, tais como controle de estoque, comercialização, marketing, contabilidade, áreas que fugiam do conhecimento técnico agropecuário. Apesar disto, este projeto foi importante porque teve o mérito de divulgar as indústrias artesanais como alternativas aos pequenos agricultores, além de servir para se questionar e posteriormente procurar, junto com o CEPAGRO, alterar as leis que impediam o estabelecimento destas pequenas agroindústrias.

Também algumas prefeituras abriram espaço para a comercialização de produtos artesanais advindos de agricultores, uma vez que muitas delas possuem um Fundo Financeiro para apoiar iniciativas deste tipo.

Em 1998 foi lançado o PRONAF¹⁸ – Agroindústria (1998–2002)/Integração, Agroindustrialização e Comercialização da Produção da Agricultura Familiar, pelo Ministério da Agricultura e Abastecimento, sendo que o público alvo deste programa são agricultores familiares, pescadores artesanais e aquicultores. Este programa visa oferecer “recursos adicionais aos agricultores familiares para melhorar a sua situação e para inseri-los integralmente na cadeia produtiva, melhorando a sua produção agropecuária, agroindustrializando e comercializando a sua produção” (PRONAF – Agroindústria, 1998, p. 09).

¹⁶ *Reconversão dos agricultores entendida como transformações nos limites das atuais atividades desenvolvidas pelos mesmos, ou para novas atividades agrícolas ou ainda para atividades não-agrícolas no meio rural. (EPAGRI, 1996).*

¹⁷ Ambos os programas, o da CEPAGRO e o da EPAGRI equivalem-se quanto ao público alvo a ser atingido e aos objetivos propostos.

¹⁸ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

De 1994 até 1998, o CEPAGRO já assessorou aproximadamente 80 grupos de agricultores interessados em viabilizar uma agroindústria de pequeno porte, trabalhando com os mais diversos produtos: desde fábricas de ração; ervateiras, unidades de processamento de mel, de peixe, de ervas aromáticas e medicinais; moinho colonial; fábrica de embutidos e defumados de carne; mini-abatedouros; indústria de bebidas, de doces e compotas de frutas; até mini-usinas de leite e outras. Estes projetos de implementação de agroindústrias de pequeno porte contam com assessoria e apoio não só da EPAGRI e CEPAGRO, como de ONG's, instituições governamentais, sindicatos, cooperativas, associações e técnicos autônomos.

Animados por técnicos e extensionistas que divulgam as agroindústrias, a decisão de se formar uma agroindústria de pequeno porte vem dos agricultores, que procuram assessoria para formar um grupo que vai discutir quais as possibilidades de mercado que podem ser atingidas por seus produtos. O tipo de produto a ser beneficiado pode ser escolhido e rejeitado mais de uma vez, assim como a própria formação do grupo, pois a coesão dos seus membros é tão importante quanto a escolha correta do produto. Da formação de um primeiro grupo até a implementação da agroindústria pode se passar cerca de um a dois anos. Aproximadamente o mesmo tempo para que ela se estabilize, entre pagamento do empréstimo, resolução de diferenças entre os membros do grupo e aceitação e consolidação do produto no mercado. Dependendo do produto é possível que uma só família administre uma agroindústria de pequeno porte, como é o caso por exemplo do queijo, conservas ou geléias. Muitos agricultores também procuram assessoria de diversos órgãos públicos para tentar legalizar suas produções artesanais familiares.

De acordo com o CEPAGRO, para implementar uma agroindústria é preciso fazer um estudo de demanda do mercado; um dimensionamento do empreendimento de acordo com a possibilidade de oferta da matéria prima; uma verificação da localização da agroindústria frente a vias de transporte e acesso à matéria prima; uma avaliação do abastecimento de água e energia elétrica; a obtenção de registros e inspeção sanitárias, para garantir a qualidade do produto final; a requisição do serviço de inspeção e finalmente a constituição e registro de pessoa jurídica, que pode se dar através de uma associação, cooperativa ou micro-empresa.

É preciso lembrar que registros, requisições e licenças custam muito caro além de envolver muita burocracia, com a qual o pequeno agricultor não está acostumado a lidar. Como pode-se ver a implementação de uma agroindústria de pequeno porte não é nada fácil, por isso muitos agricultores desistem do projeto ou continuam a trabalhar de forma artesanal e

muitas vezes sem ter qualquer tipo de inspeção sanitária. No entanto, com a implementação do PRONAF Agroindústria, há uma intensificação da ação conjunta de órgãos governamentais e não-governamentais no sentido de se buscar soluções não só em relação a diminuir a burocracia, mas também em instrumentalizar o pequeno agricultor com recursos econômicos e institucionais para que ele possa ter maior autonomia no planejamento e administração da pequena agroindústria.

3.2 - Qual é a participação das mulheres nas agroindústrias de pequeno porte?

Os programas dirigidos ao trabalhador rural comumente têm se concentrado na família e na propriedade agropecuária. Tomando como certo de que a satisfação do chefe da família significa o desenvolvimento da família como um todo, muitos projetos não têm levado em consideração o papel da mulher e até mesmo dos jovens na implantação dos mesmos nas propriedades. Muitos projetos quando englobam as mulheres, limitam-nas aos programas dirigidos à saúde, reprodução, higiene, educação, nutrição, entre outros, reforçando seu papel “feminino” de dona-de-casa. Muitos programas ou projetos, segundo TEIXEIRA (1994), quando aplicados trazem a idéia de um trabalhador indiferenciado sexualmente, mas diferenciado na prática, pois, devido às já comentadas facilidades masculinas para ter acesso aos recursos, as mulheres ficam em desvantagem.

Como uma das características idealizadas da agricultura familiar é a de que a família teria um comportamento unificado em torno de um mesmo objetivo, a manutenção da propriedade e do grupo familiar acima de tudo, não se supõem que haja diferenças e tensões entre as gerações e entre os gêneros. E muitos projetos e programas têm refletido essa ignorância, ao proporem alternativas sem levarem em conta qual vai ser o impacto sobre cada membro da família, principalmente quando essas alternativas vêm à alterar os espaços já conquistados pelas mulheres.

É interessante verificar que mesmo nos programas atuais, como os da Agroindústria de Pequeno Porte, o da Indústria Rural de Pequeno Porte ou o PRONAF Agroindústria, não se trabalha com a questão de gênero. No PROIND (1996, p. 7) era colocado apenas que seriam prioritários os projetos que entre outros aspectos privilegiassem a participação das mulheres agricultoras e favorecessem a inserção econômica e social dos jovens agricultores. No programa Agroindústrias de Pequeno Porte, do CEPAGRO, menciona-se a família como um todo, não especificando os membros da mesma separadamente. O que queremos colocar é que

muitas das agroindústrias/indústrias de pequeno porte são originadas nos trabalhos “secundários” femininos, considerados um bico, uma “rendinha” que ajuda na manutenção da casa, mas que quando esta atividade passa a fornecer a maior parte da renda o homem, chefe da família, toma para si a administração da mesma.

Em uma reportagem de Paulo S. Tagliari, técnico da EPAGRI, chamada “A agroindústria artesanal: uma conquista da dignidade e do valor da pequena agricultura familiar”, para a Revista Agropecuária Catarinense (1997), a produção artesanal de alimentos é colocada como uma nova oportunidade de se agregar renda aos produtos “in natura” produzidos pelos agricultores. Nesta reportagem é interessante verificar que o “Sr. Nelson e a família” desenvolvem uma unidade padrão de produção de conservas e geléias, que o “Sr. Ortvinho” especializou-se em melado e musse, ou que o “Sr. Reno” processa conservas de hortaliças. O que nos chama a atenção é que normalmente não vemos homens fazendo geléia ou musse, ou processando hortaliças e frutas para fazer compotas e conservas. Então, porque não constar como: “Dona Maria, esposo e filhos” desenvolvem tais produtos? Em muitos rótulos de produtos artesanais podemos também encontrar: “Sr. João e filhos”, mesmo que a participação da esposa na produção e beneficiamento do produto seja intensa. Na reportagem citada também se mostrou muitas mulheres que trabalham com doces, pães, biscoitos, queijinho, nata e outros produtos, e homens que trabalham com produtos que diríamos não tão femininos como mel, leite, sucos e outros, além de uma cooperativa fundada por mulheres em Camború que trabalha com vários produtos artesanais, como os citados acima.

A idéia de se comercializar determinados produtos, principalmente quando é um produto beneficiado pelas mulheres, muitas vezes vem de fora da propriedade, por parte dos extensionistas, que sugerem a possibilidade de se passar a trabalhar com queijos ou geléias, segundo nos informou uma instrutora da EPAGRI. Dessa maneira fica mais fácil a aceitação por parte dos homens de trabalhar com um produto “feminino”. Se bem que foi verificado várias vezes por parte dos extensionistas, e isso reforça os dados acima colocados, que a mão-de-obra feminina no beneficiamento dos produtos é vista da porteira para dentro, porque da porteira para fora, nos rótulos dos produtos ainda encontramos: “Sr. Fulano e filhos”, como já foi dito. E quando as mulheres requerem o direito de ter o nome junto ao deles o que se houve é: “*Vou ter que mudar o rótulo, agora a Margarida quer ser gente também*”.

Um outro aspecto interessante que demonstra a reportagem é que nas agroindústrias/indústrias de pequeno porte onde a atividade já é realizada por toda a família, encontramos uma maior utilização de equipamentos, de recursos como crédito, e até mesmo

do uso de uma estrutura apropriada como requer uma pequena agroindústria/indústria de pequeno porte, enquanto muitas mulheres que trabalham sozinhas ainda desenvolvem o seu trabalho nas cozinhas de suas casas, mesmo que mais bem equipadas. Em outros casos como ocorre com as mini-usinas de leite, em que pode ou não ser feito o beneficiamento do produto, a mulher continua a responder pela atividade de produção, mas a associação a uma mini-usina é feita na grande maioria das vezes no nome do marido, que passa a “gerenciar” a atividade na propriedade.

3.3 - O leite em SC e as mini-usinas de leite

O leite faz parte da história da colonização do estado de Santa Catarina. Sempre que possível o colono tinha uma ou mais vacas de leite, e estas até representavam uma parte do dote das jovens que, quando se casavam, levavam para o novo lar sua vaca de estimação, costume que ainda não desapareceu totalmente. Beneficiado em forma de queijo e manteiga, era vendido nas casas comerciais das cidades mais próximas ou trocados por outras mercadorias. Com o tempo, o leite começou a significar uma alternativa a mais de renda, não só sendo vendido nas cidades, mas também para cooperativas de leite e indústrias de laticínios particulares.

Aproximadamente cerca de 90% da produção de leite em Santa Catarina, segundo o Censo Agropecuário 1995/1996, têm origem nas propriedades menores de 50ha, sendo que estes produtores respondem por 82,05% do leite vendido. Apesar da produção estar disseminada entre os pequenos produtores, o mesmo não acontece com a comercialização, que ou é informal ou encontra-se concentrada entre algumas cooperativas e indústrias particulares de laticínios, como mostra a tabela 1:

Tabela 1 – Classificação das Empresas por volume de leite recebido

Classificação por volume recebido	Empresa	Volume mensal de leite fluido recebido	Média diária de leite fluido recebido
1º	Laticínios Tirol Ltda	9.239.010	307.967
2º	Batavia S/A	8.034.143	267.804
3º	Fleishmann Royal	3.190.180	106.336
4º	CCCL	1.540.000	51.333
5º	Lactoplasa	1.214.439	40.483

Fonte: Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal da Delegacia Federal de Agricultura em Santa Catarina, abril/1999.

Ao entregar o leite para uma indústria o produtor está assegurando uma renda mensal que varia em relação à quantidade entregue, sendo que esta quantidade pode ser até mesmo menor que 10lt/dia, o que, apesar do discurso modernizante das empresas no qual o produtor que não se especializar certamente será excluído, acontece com cerca de 39% dos fornecedores¹⁹. A modernização veiculada pelas indústrias de processamento de leite significa, por exemplo, melhorar a raça do rebanho, adquirir um número maior de vacas, ter equipamentos como ordenhadeira mecânica e resfriador de leite, utilizar uma alimentação nutricionalmente adequada ao aumento da produção, através de rações, silagem e plantio de pastagens de inverno, fazer inseminação artificial, utilizar assistência técnica frequentemente e outros, o que requer uma capacidade econômica de investimento que não está ao alcance de todos os produtores.

Além disso, o baixo preço e as variações do mercado a que estão sujeitos os produtos agropecuários, entre eles o leite, não animam o produtor o suficiente para que ele se arrisque a investir em um só produto (PAULILO, 1996). Para forçar os investimentos as cooperativas trabalham com um sistema de cotas por produtor, numa tentativa de se estabelecer uma quantidade média na entrega do leite por mês, sem que haja grandes alterações ao longo do ano. Por exemplo, se no inverno, época em que se produz menos, o produtor entrega 30lt por dia, esta vai ser a cota dele para o verão, época em que se produz mais. Se no verão ele produzir 50lt ele vai receber o preço máximo pela cota (30lt) e um preço inferior pela extra-cota, que no caso deste produtor é 20lt.

Uma outra opção de comercialização da produção de leite é a chamada Mini-Usina de Leite, considerada uma agroindústria de pequeno porte que, em 1995, de acordo com informações do CEPAGRO (PAULILO, 1996), chegavam a 40 unidades no estado.

A mini-usina de leite é, segundo os técnicos, uma das agroindústrias de pequeno porte que mais agrega valor ao produto final, que pode ser o leite fluído ou o seu processamento em forma de queijos e derivados. Na maioria das vezes a mini-usina tem vários sócios, produtores de pequeno e médio porte que se unem para adquirir o equipamento e construir a estrutura física. A própria legislação referente ao funcionamento de estabelecimentos processadores de produtos agropecuários "in natura" foi alterada, em 1997, no sentido de permitir que as agroindústrias de pequeno porte, entre elas as mini-usinas de leite, pudessem comercializar

¹⁹ Dados do ICEPA apud PAULILO (1996).

seus produtos²⁰. Isto porque de acordo com a legislação anterior, a planta industrial das mini-usinas necessitava ter aspectos como um pé direito de 4 metros ou mais de 2 banheiros que, na verdade, condiziam mais com indústrias de grande porte. Muitas mini-usinas foram feitas conforme a antiga legislação. É importante aclarar que a lei nº 10.610 permite a comercialização dos produtos dentro do estado de Santa Catarina, pois a inspeção é estadual.

Outro problema referente à legislação é a de que existem três níveis de registro e inspeção sanitária: federal, estadual e municipal. O registro municipal é indispensável. Para se vender para outros municípios é necessário o estadual; caso o município seja na fronteira com outro estado tem que ter o registro de inspeção federal também, o que significa estar de acordo com níveis mais elevados de exigência, como o pé direito com 4mt. No entanto se a agroindústria tem inspeção federal seus produtos podem ser comercializados tanto no município quanto em outros estados pois o registro federal é superior aos outros dois.

Segundo a Síntese Anual da Agricultura de SC/97, o crescimento dos estabelecimentos de pequeno porte que trabalham com leite e que estão sob o controle da inspeção estadual (SIE) foi significativo de 95 para 97, sendo que o recebimento de leite fluído dessas indústrias saltou de 4,0 milhões para quase 15,6 milhões de litros.

Não há em Santa Catarina um número preciso da quantidade de mini-usinas de leite, porque muitas têm somente a inspeção municipal e outras ainda estão encaminhando o processo. A maioria delas está sob regime de associação. Com uma variação que vai de, no mínimo, 01 pessoa para o caso de micro-empresa, 02 pessoas, para o caso de associação, ou 20 pessoas no caso de uma cooperativa. Algumas mini-usinas já têm cerca de 4 anos. Temos mini-usinas em assentamentos em que uma parte dos associados é de agricultores assentados e outra, de pequenos agricultores já estabelecidos.

3.4 - A produção de leite na unidade de produção

Em Santa Catarina, do total de estabelecimentos agropecuários 89,68% possuem menos de 50ha. Estes estabelecimentos têm uma produção agropecuária diversificada e são os maiores fornecedores do estado de milho, fumo, mandioca, cebola, produzem ainda

²⁰ A Lei nº 10.610, de 01/12/97, "Dispõem sobre as normas sanitárias para a elaboração e comercialização de produtos artesanais comestíveis de origem animal e vegetal no Estado de Santa Catarina e adota outras providências", segundo a Assembléia Legislativa de Santa Catarina. Os produtos artesanais podem ser: queijos, doces, mel, embutidos, pães, bolachas e outros.

hortigranjeiros e frutas. É importante também o “elevado e diversificado beneficiamento e transformação de produtos agropecuários realizados dentro dos estabelecimentos” (Censo Agropecuário, 95/96, p. 6) como carne verde de gado e de suínos, queijo, manteiga, farinha de milho e de mandioca, mel, melado, fumo em rolo, embutidos e outros.

Nestes estabelecimentos é difícil encontrar um que não tenha algumas cabeças de gado, e entre elas uma ou duas de gado leiteiro. Para se ter uma idéia da presença do gado leiteiro nas propriedades, segundo o Censo Agropecuário 1995/96 de Santa Catarina, cerca de 60% dos estabelecimentos agropecuários deste estado produzem leite. E destes estabelecimentos, 48,14% o vendem. A maioria dos produtores (52,61%) não têm mais de 2 vacas, sendo que estes produtores são responsáveis por aproximadamente 20% da quantidade total de leite produzido e 6% do vendido. Um segundo grupo (44,15%) tem de 3 a 10 vacas e respondem por 60,2% do leite produzido e 65,4% do vendido.

A presença do leite nas unidades de produção pode ser explicada por vários motivos, entre eles a importância que ele tem na alimentação do agricultor, seja em estado líquido ou beneficiado principalmente em forma de queijo, coalhada e nata, embora se encontre mais raramente iogurte e requeijão. Também se explica pela possibilidade de comercialização do excesso da produção, e pelo fato de que a atividade com as vacas - manejo, trato e ordenha - serem feitas com mão-de-obra familiar. Segundo o MMA - SC (1994), o leite está entre os três produtos principais comercializados na unidade de produção em 31,5% das propriedades agropecuárias pesquisadas em 11 municípios catarinenses. Ou seja, para as propriedades que não têm no leite sua renda principal, ele é um produto para o consumo e, se possível, para venda pois requer poucos insumos, tendo portanto um mínimo de gastos.

O baixo nível de investimento na produção do leite, devido ao fato de se destinar principalmente ao consumo, pode ser verificado em dois aspectos: um é a raça das vacas, pois algumas vacas são mais apropriadas para a atividade leiteira que outras. A raça por excelência produtora de leite é a holandesa, que pode produzir cerca de 20 litros por ordenha, mas que, no entanto, é considerado como um animal muito frágil na visão dos agricultores, diferente de raças como jérsei, nelore e girolando, encontradas em maior número nas propriedades, mesmo entre as que trabalham com a atividade leiteira como renda principal, pois possuem uma compleição mais adequada para o relevo acidentado encontrado em Santa Catarina. Além disso, as vacas holandesas custam muito mais do que as outras, necessitam de grande quantidade de insumos, principalmente uma alimentação reforçada, com ração apropriada e silagem, para valer o investimento do preço pago pelo animal. As vacas jérsei, por outro lado,

assim como as raças mais comuns, agüentam melhor uma alimentação mais simples, muitas vezes complementada com o excesso de algum produto da lavoura, como por exemplo moranga, abóbora, batata, e também não correm tanto o risco de se acidentarem, pois seu porte leve permite subir morros. Outro aspecto é o tipo de estábulo que se encontra nas unidades de produção, na maioria das vezes feito de madeira e sem piso, servindo muitas vezes de galpão para armazenagem de outros produtos. Por não ter piso, a limpeza do estábulo nem sempre permite uma higiene adequada durante a ordenha.

Ao associar-se a uma agroindústria de pequeno porte, no caso uma mini-usina de leite, o agricultor precisa melhorar as condições de produção ou de produtividade de seus animais, o que significa um aumento de trabalho, já que nem sempre há possibilidade de modernização total da produção, ou seja, de se adquirir tecnologia poupadora de mão-de-obra.

Para a mulher isso quer dizer que não vão se alterar muito suas tarefas habituais, apenas o seu companheiro passa a ter uma participação maior nas atividades que se relacionam à alimentação das vacas e à ordenha. Esta última é feita manualmente em 79,82% das propriedades, enquanto que 20,17% já utilizam ordenhadeira mecânica, segundo o Censo Agropecuário (1995/96) referente a Santa Catarina.

O leite é considerado um produto que fornece uma renda alternativa, geralmente retida pela mulher que o comercializa em estado fluído ou beneficiado, na própria propriedade ou nos centros urbanos. Diversos estudos²¹ demonstram que há uma forte relação entre a atividade leiteira e a mulher.

É importante também verificar que as atividades com o manejo das vacas e a ordenha são realizadas pela mulher, com a ajuda das filhas/os por estes terem a seus cargos atividades descontínuas, que podem esperar para serem feitas após a ordenha, mesmo que esta ocorra duas vezes ao dia, demonstrando que é o trabalho feminino e infantil/adolescente da propriedade que sustenta essa atividade. Isso acontece, principalmente, enquanto esta for uma atividade secundária. Assim não é preciso que o homem se desloque das atividades na lavoura ou do cuidado com a pecuária de corte para realizá-la. A participação da mulher na atividade leiteira é muito maior do que a do homem, fato comprovado pelos resultados da pesquisa do MMA – (1994) que demonstram que 87,1% das mulheres são responsáveis pela ordenha, enquanto 42,8% dos homens fazem o mesmo, e muitas vezes em forma de ‘ajuda’, assim como acontece com as atividades domésticas.

²¹ CARNEIRO na França (1994, p. 4); SEIFERTH em Santa Catarina (1983, p. 83-81); GASSON na Inglaterra (1993, p. 47); BRUMER em São Paulo (1996, p. 47); DESER no Paraná (1996); NYANGE na África (1996, p. 27).

O manejo das vacas começa cedo, inicia-se com a busca das mesmas nos pastos, que geralmente não estão muito distantes da casa. Prepara-se o “trato” (a alimentação) que pode ser algum tipo de capim cultivado e triturado, silagem complementada com ração e/ou algum produto agrícola. Nem todos os proprietários fazem silagem e nem todos podem adquirir ração em quantidade suficiente para aumentar a produção de leite. E como nem sempre a qualidade da pastagem é adequada, a baixa produtividade de leite por vaca é comum entre os pequenos agricultores. Depois da ordenha, o leite é coado e armazenado em latões. Caso seja produzido para venda são levados até a entrada da propriedade onde os caminhões das cooperativas ou empresas passam para pegá-los. Algumas propriedades têm resfriador, uma espécie de freezer com água que mantém o leite em baixa temperatura, possibilitando assim um melhor armazenamento até o recolhimento do leite.

Após a ordenha as vacas voltam para a área de pastagem, e é a vez de se limpar o estábulo e lavar os utensílios usados na ordenha. O horário do recolhimento do leite pela manhã vai variar segundo a posição da propriedade na linha do leite, ou seja, quanto mais perto da casa do freteiro mais cedo é o recolhimento, por volta das seis horas da manhã. O leite da tarde é armazenado para o dia seguinte, sendo que há variações neste processo de entrega do leite, conforme o lugar e a empresa ou cooperativa. Mesmo quando o leite é vendido, separa-se uma parte para o consumo doméstico.

Enquanto as decisões referentes às atividades acima relacionadas são de responsabilidade feminina, é o homem que geralmente é o sócio da cooperativa de leite, ou que tem o nome na nota fiscal do comprador do leite. É ele também que recebe o dinheiro do pagamento mensal e que é procurado pelos técnicos quando estes visitam a propriedade. Nota-se assim que, apesar da mulher ser a responsável pela produção do leite, é o homem que detém a imagem de produtor, enquanto ela continua a ser considerada a esposa do produtor.

Quando há possibilidade de entrega diária na cidade o leite é vendido em litros, senão, como já foi dito, faz-se queijos, manteiga, doce de leite e coalhada, que são as formas mais usuais de beneficiamento caseiro, mas também pode-se encontrar iogurte e requeijão. A venda destes produtos nos centros urbanos diretamente ao consumidor possibilitam uma renda mínima, dependendo é claro da quantidade dos produtos. O preço do litro de leite pode alcançar até R\$0,60, a menos que vendido a empresas particulares ou cooperativas, onde o preço pode chegar no máximo a R\$ 0,23 o litro. Dada a grande diferença de preço entre a venda à cooperativa e a venda direta ao consumidor pode-se perguntar: porque então o agricultor não prefere comercializar o leite ele mesmo nos centros urbanos?

São vários os motivos, entre eles temos a distância da unidade de produção para o centro urbano, uma vez que não é possível ao produtor, principalmente o pequeno produtor, se locomover diariamente até a cidade. Também a fiscalização dos produtos "in natura" está cada vez mais severa, caso os fiscais apreendam leite, ovos, queijos ou outros produtos sem inspeção sanitária, sem rótulo com informações sobre o produto e sem uma embalagem apropriada, a mercadoria é apreendida. Para quem leva uma dúzia de ovos para vender na cidade para ter dinheiro para pagar a passagem de volta, arrisca-se. É preciso também ter uma certa clientela formada uma vez que nem sempre o produtor tem acesso a feiras de produtos agropecuários, e tem-se que levar em conta que o leite é um produto perecível, não pode ser manejado de um lado para o outro. No fim do dia, sem refrigeração, ele estraga. Um outro motivo importante para se vender para a cooperativa ou laticínios particulares é que estas assim como pegam 10 litros em um dia, podem pegar 15 no outro, ou podem passar de 2 em 2 dias, uma vez que a produção do agricultor que não é especializado varia conforme a estação do ano ou o número de vacas que estão em lactação, ou, ainda, a disponibilidade de sua alimentação. Os agricultores não têm assim um compromisso com uma quantidade fixa. Esta situação é própria dos produtores que têm no leite uma atividade secundária e complementar.

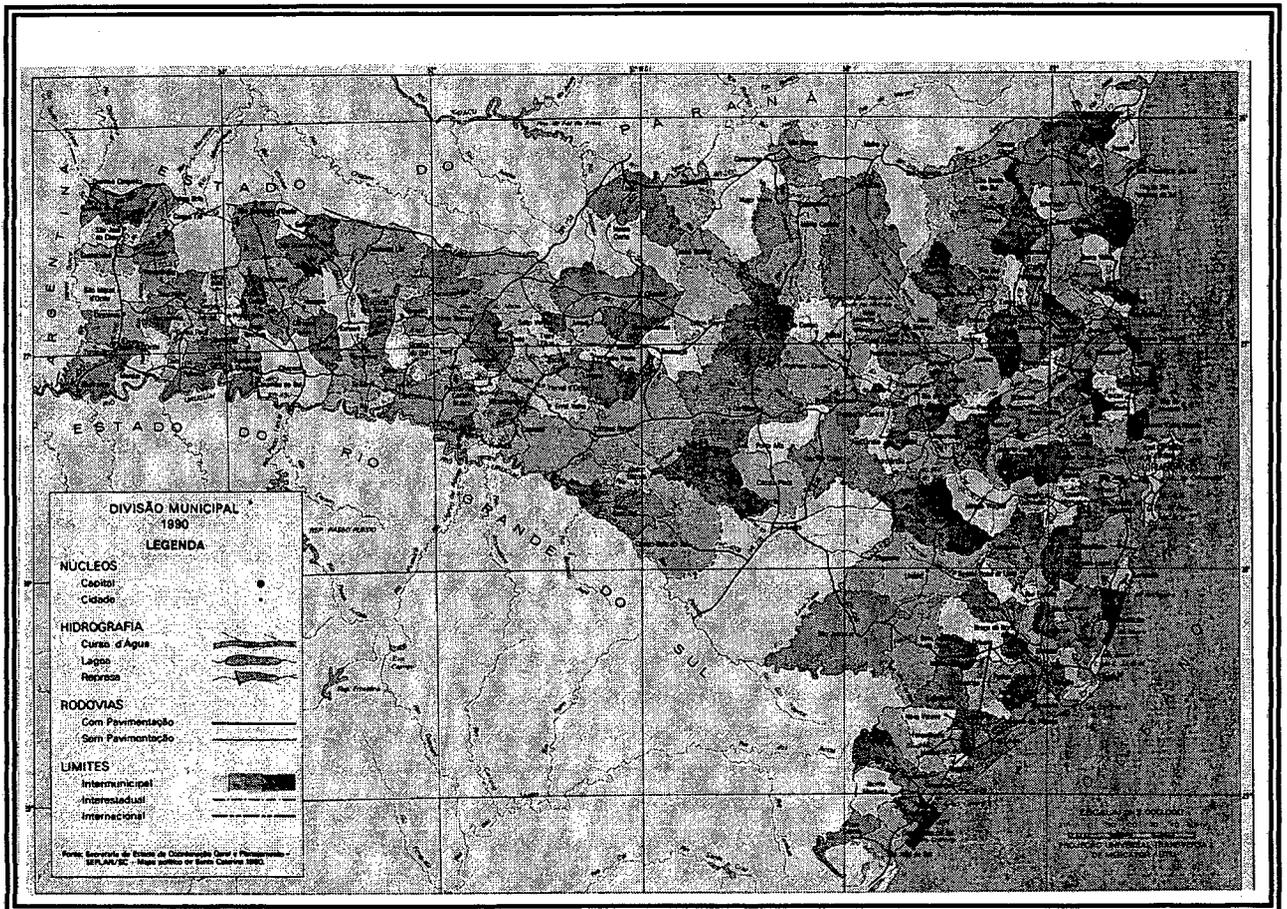
O beneficiamento do leite, assim como o manejo, quando em pequenas quantidades, é feito pelas mulheres. A renda que vem da venda do leite direto ao consumidor fica com as mulheres, que vão destiná-la para gastos com a casa e com os filhos, seja comprando utensílios domésticos, roupa de cama e banho, roupas e calçados para os filhos, material escolar, o que for possível. É uma atividade que permite que a mulher mantenha uma certa autonomia econômica, sem precisar ficar pedindo dinheiro ao marido sempre que necessário.

Quando o leite é vendido para a cooperativa ou para empresas de laticínio, geralmente é o homem que é o associado. Nestes casos, o pagamento no fim do mês vem no nome dele e, invariavelmente, ele administra esse dinheiro. Mas é importante salientar que algumas mulheres encontram uma forma de driblar essa situação, separando mais leite para o consumo do que o necessário e posteriormente beneficiando-o para vender, ou comercializando pelo menos a nata que é retirada antes de enviá-lo para a empresa ou cooperativa.

Capítulo 4

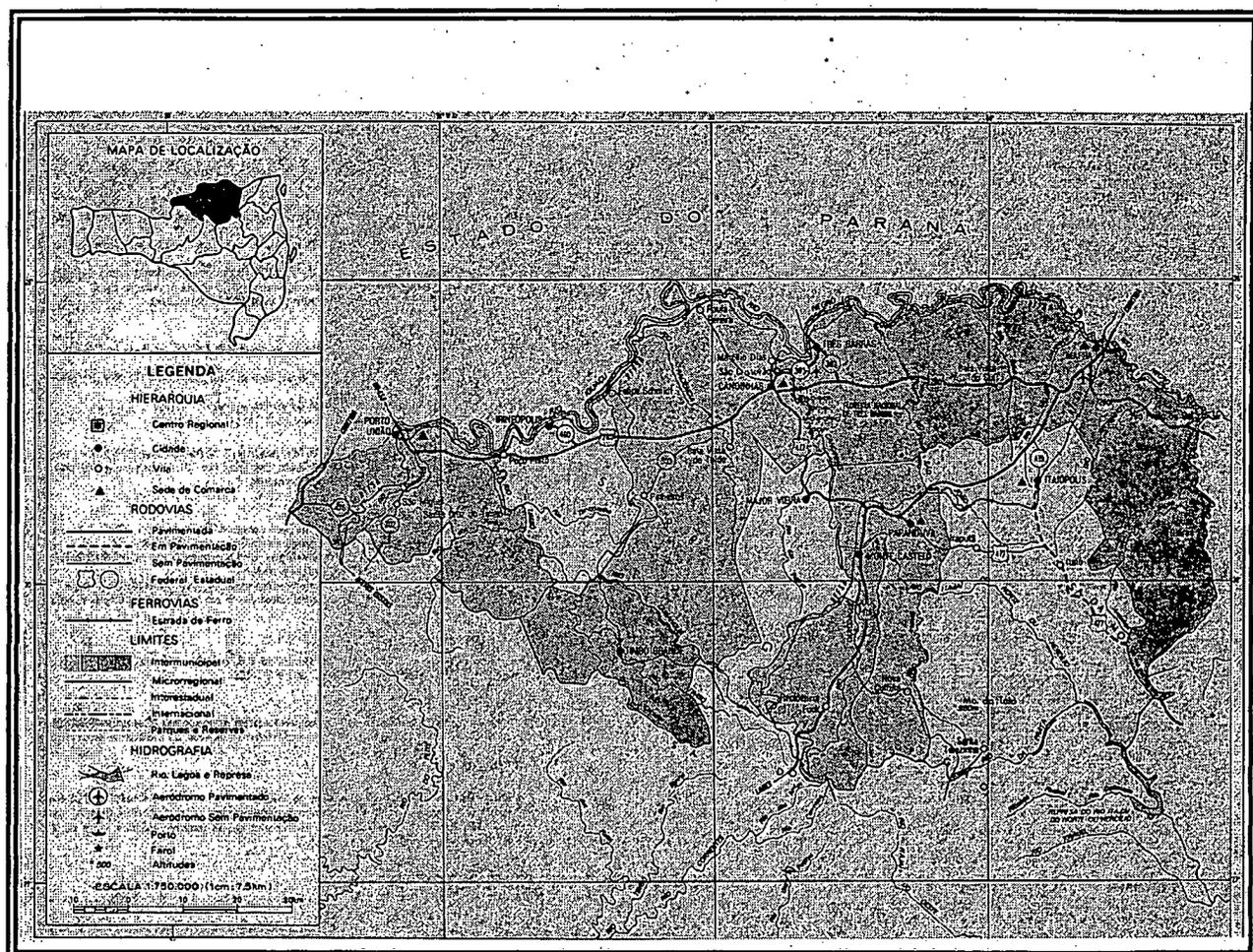
As alterações nos relacionamentos sociais e produtivos: resultados do trabalho de campo

A pesquisa de campo foi realizada durante o mês de dezembro de 1998, em Mafra e em fevereiro de 1999 em Otacílio Costa. Ambos municípios de Santa Catarina.



4.1 – Características dos municípios:

4.1.1 - O município de Mafra:



Mafra²² está localizada no Planalto Norte catarinense. Seus primeiros habitantes foram os índios botocudos, mas Mafra logo foi colonizada por europeus junto com a cidade de Rio Negro (PR), da qual se separou em 1917. Além dos imigrantes alemães, poloneses, tchecos e ucranianos haviam outras pessoas de origens diversas que chegaram junto com as tropas trazidas do Rio Grande do Sul para o centro do país. Segundo consta, só após a construção da Estrada da Mata, que liga Lages a Lapa (PR), é que Mafra teve chances de desenvolvimento.

²² Os dados referentes aos municípios de Otacílio Costa e Mafra foram obtidos através do Diário Catarinense de 30/04/97; do PIDSE – Programa Integrado de Desenvolvimento Sócio Econômico. Santa Catarina Novas Oportunidades. Secretaria de Estado de Coordenação Geral e Planejamento. Fpólis, 1990; Censo Demográfico de Santa Catarina 1991 e Censo Agropecuário de Santa Catarina 1995/96.

De acordo com o Censo Demográfico de Santa Catarina (1991), Mafra tem uma população aproximada de 49.479 pessoas, 29% destas moram na zona rural e 71% na área urbana. Mafra tem um elevado grau de urbanização devido ao êxodo rural e à imigração de moradores de municípios vizinhos.

Esta cidade é considerada o principal pólo rodo-ferroviário do norte de Santa Catarina, sendo que a base econômica do município está voltada às atividades de indústrias de transformação, comércio e prestação de serviços. A cidade também tem fábricas de móveis e de beneficiamento de madeira. Mafra faz parte da AMPLA – Associação dos Municípios do Planalto Norte Catarinense.

A agricultura deste município conta com um solo que possui fertilidade e textura variável, e está baseada no plantio do fumo, milho, feijão, trigo e soja e na exploração florestal. Essas atividades respondem por 40% da arrecadação municipal. Tem ainda uma grande produção de mel, considerado de alta qualidade. No setor agropecuário encontramos, embora em baixa escala, a pecuária, a avicultura e a suinocultura.

O Censo Agropecuário 1995/96 demonstra, e podemos verificar na tabela abaixo, que houve uma redução significativa no número de estabelecimentos agropecuários em Mafra em comparação com os três Censos anteriores. Segundo o próprio Censo Agropecuário, os motivos principais para esta redução seriam a migração rural-urbana, a urbanização do meio rural, a introdução de inovações tecnológicas que resultou em perda de competitividade produtiva e de preços por parte dos pequenos produtores e a aposentadoria e extensão dos benefícios da previdência social ao campo, o que fez com que muitos agricultores idosos que produziam para a própria subsistência paralisassem suas atividades. Além destes motivos, há outros dois que também influíram no resultado do Censo Agropecuário 95/96: ele foi realizado em um período de entressafra, período em que muitas áreas, que são arrendadas em tempo de safra, estivessem desocupadas, ou seja, diminuiu o número de estabelecimentos em mãos de arrendatários ou parceiros. O segundo motivo é o de que foi considerado estabelecimento agropecuário somente aqueles que realmente produziam para a venda, eliminando assim todo pequeno estabelecimento que produzisse para a subsistência.

Tabela 2 - Número de estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área total, da cidade de Mafra - SC

Grupos de área total	Estabelecimentos agropecuários		
	1975	1985	1995/96
-1ha		53	19
1 a -2		70	31
2 a -5		288	188
5 a -10		350	253
Total -10ha	699	761	495
10 a -20		524	366
20 a -50		593	432
50 a -100		257	174
Total 10 a -100	1201	1374	972
100 a -200		119	93
200 a -500		51	53
500 a -1000		20	13
Total 100 a -1000	198	190	159
1000 a +	8	14	16

Fonte: Censo Agropecuário 1975, 1985, 1995/96.

4.1.2 - A mini-usina de leite de Mafra: a “Leite do Campo”

A mini usina de leite pesquisada em Mafra é a “Leite do Campo²³”. Com 8 associados, a capacidade máxima de pasteurização é de 1.200 litros de leite fluído por dia. Funcionando já há 4 anos ela é uma das primeiras mini-usinas a ser implantada em Santa Catarina. Teve assessoria da CEPAGRO desde a formação do grupo até a implementação da estrutura, e conta até hoje com o auxílio de seus técnicos.

Assim como o CEPAGRO, a EPAGRI também foi importante para o surgimento da mini-usina, através de assessoria na elaboração do projeto inicial.

Mesmo sendo Mafra uma cidade de pequeno porte, a mini-usina de leite tem um mercado consumidor razoável, contando até com a Prefeitura local, que adquire o leite para a merenda escolar. Pretendem a partir de 1999 produzir doce de leite, além de expandir o mercado consumidor para Rio Negrinho, cidade do estado do Paraná com quem Mafra faz fronteira, e para que isto aconteça já estão se adequando às exigências requeridas pela

²³ Quando voltamos a entrar em contato com essa mini-usina o seu nome havia mudado para leite Novo Rumo e ela havia aumentado a sua capacidade para 2000 litros dia. No momento, produzia 1300lt/dia (junho/99).

inspeção federal. Esta mini-usina situa-se junto à propriedade de dois associados, que são vizinhos, e fica distante dos outros três²⁴.

A mini-usina de leite de Mafra surgiu como alternativa aos baixos preços dos produtos agropecuários da região, principalmente feijão, milho e fumo. A formação do grupo ocorreu após um dos associados ter participado de uma viagem de intercâmbio para a França, promovido pelo CEPAGRO, onde o mesmo verificou, segundo seu depoimento, que a união dos pequenos agricultores possibilitava maiores alternativas de desenvolvimento e de sobrevivência no mercado atual. A escolha pelo leite deveu-se a dois motivos: o primeiro é que já havia uma discussão a respeito das agroindústrias de pequeno porte e a mini-usina de leite era a alternativa mais comentada. O segundo motivo foi o fato de que poderiam ganhar mais beneficiando este produto do que vendendo-o fluído ou beneficiado, como vinham fazendo até então, o que também significava que não precisariam de grandes investimentos pois já possuíam algumas vacas de leite.

Conseguir o empréstimo para adquirir equipamentos e construir a mini-usina foi o passo seguinte desse grupo que, pagando juros de mercado, levou cerca de dois anos para quitar a dívida com o Banco BESC. Planejando diversificar a produção, na época da pesquisa estavam adquirindo o equipamento para fazer doce de leite e nata pasteurizados.

Nesta mini-usina os associados são os homens e não o casal. Segundo um dos principais articuladores do grupo isto aconteceu porque: *“Isso foi um erro, mas você sabe que foi uma das primeiras..., a gente não pensou, foi assim né..., botamos os oito homens ali, se são oito famílias, mas o sócio mesmo é o homem... como era a primeira e não tinha outra para ver como era. Mas elas podem participar, ... a gente tem por costume assim, né?!”*

É baixa a participação das mulheres na administração sócio-econômica da mini-usina. Nesta mini-usina, assim como em outras, funciona o regime de um associado igual a um voto, então por mais que as mulheres compareçam as reuniões, elas não têm direito a votar. Sendo assim, de acordo com as próprias mulheres, a opinião delas não é levada em conta, tudo o que elas dizem tem que ser apoiado pelos maridos, o que começou a desanimá-las e, na época da pesquisa de campo, quase não iam às reuniões.

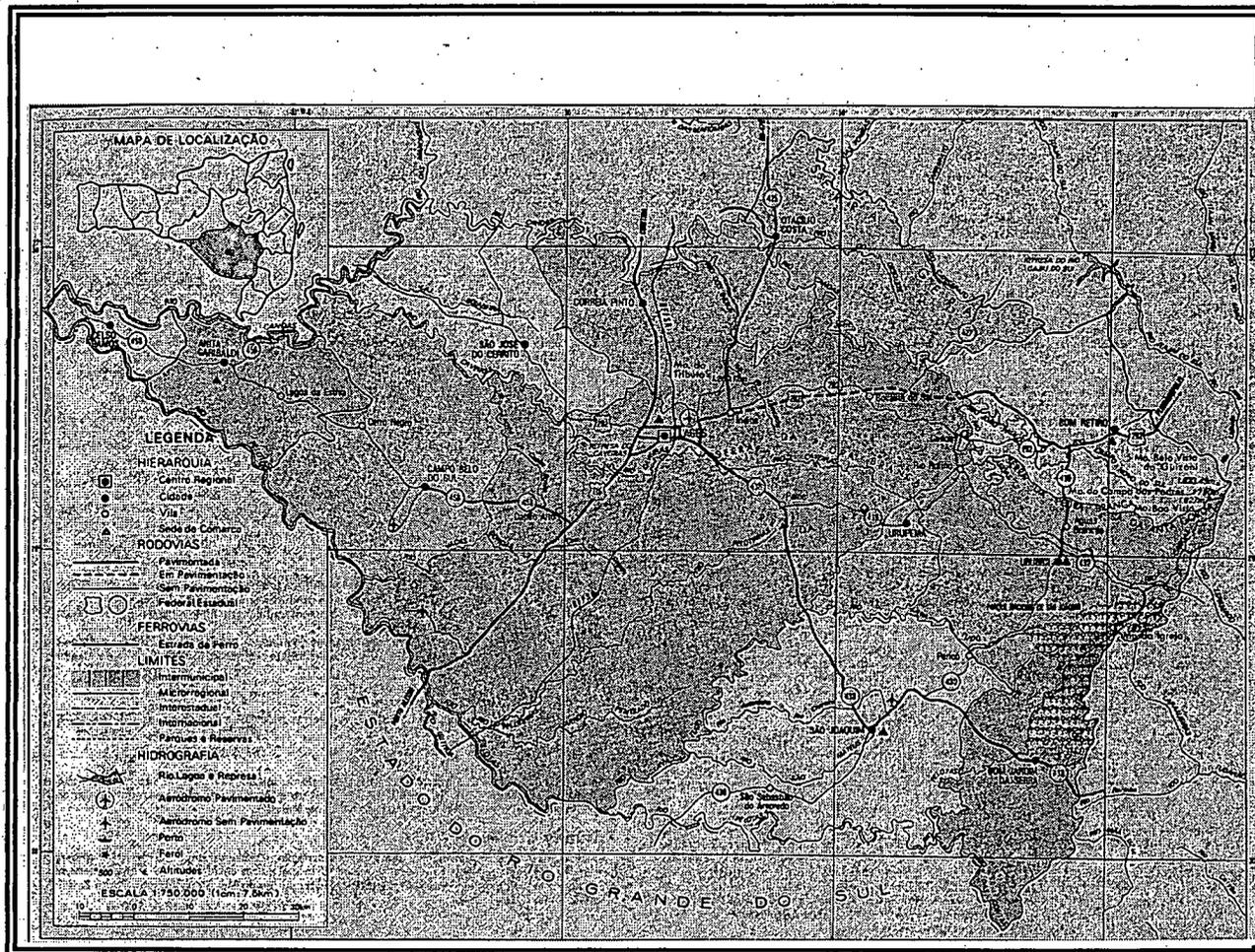
As mulheres contam que houve problemas no que diz respeito especialmente ao fato de a mini-usina ter sido também pensada para suprir a demanda por emprego entre os associados, ou seja, se a mini-usina, independente do produto a ser beneficiado, precisa de 3

²⁴ Apesar de, nesta mini-usina, o número de associados serem oito, dois deles deixam seus animais com outros associados, e um terceiro mora na propriedade do sogro.

ou 4 empregados estes deverão ser membro das famílias proprietárias da mesma. Em uma mini-usina de leite é necessário de duas a três pessoas para realizar o trabalho de recolher o produto nas propriedades, pasteurizar, embalar e entregar o mesmo no comércio. No entanto verificou-se que ter como empregados os filhos de seus “sócios”, e para alguns também amigos, não é nada fácil. Isso se tornou complicado, segundo algumas entrevistadas, porque a conduta dos empregados ficou a desejar no sentido da prestação de contas do pagamento dos clientes em relação à quantidade de leite entregue e da utilização do veículo da mini-usina para fins particulares e surgiram também dúvidas quanto à quantidade e qualidade anotada diariamente do leite recebido pela mini-usina, enfim problemas que se os empregados não fossem conhecidos seriam mais fáceis de resolver. Demorou para que os homens tomassem uma atitude, no sentido de uma maior fiscalização das atitudes dos empregados, mas nesse meio tempo houve desvio de dinheiro e um acidente com o carro da mini-usina, além, é claro, do mal-estar dentro do grupo. Segundo as entrevistadas, elas haviam alertado para o problema, mas os maridos não as ouviram.

É interessante verificar que os problemas em relação à questão do trabalho na mini-usina foram levantados pelas mulheres dos associados, e não pelos associados, para quem a mini-usina estava muito bem. A participação das mulheres na administração da mini-usina é relacionada a discussões e confusões, pois de acordo com um senhor, amigo de um associado,: *“Os problemas da mini-usina são as mulheres, elas reclamam muito...”*. Esta opinião não é única, o que demonstra que, mesmo tendo elas razão a respeito dos incidentes ocorridos, há uma desvalorização da participação das mesmas no que diz respeito à mini-usina.

4.1.3 - O município de Otacílio Costa



Otacílio Costa é uma cidade serrana que nasceu à beira da estrada que liga Lages a Curitiba, segundo contam, de um barracão para pernoite e descanso de tropeiros. Foi desmembrada de Lages em 10 de junho de 1982 e hoje faz parte da AMURES (Associação dos Municípios da Região Serrana). Tem uma população aproximada de 13.199 pessoas, segundo o Censo Demográfico de 1991, sendo que 18% moram na área rural e 82% moram na área urbana.

As principais atividades econômicas estão no setor secundário, com destaque para a indústria de papel e celulose, e outras de móveis e madeiras. A Igaras Papel e Celulose, considerada a maior exportadora de papéis para embalagens do Brasil, emprega aproximadamente 95% da população de Otacílio Costa.

O setor agropecuário da cidade não é muito expressivo. O solo apresenta baixa fertilidade e a baixa temperatura impede alguns tipos de cultivo. As principais culturas são

milho, feijão, fumo, soja, batata inglesa, legumes e moranga. Tem ainda gado de corte e gado leiteiro e pequenas parcelas de suínos e ovinos.

Segundo o PIDSE (1990), em Otacílio Costa, as famílias que exploram a terra, o fazem com restrições no manejo da mesma, utilizando-se de técnicas já não recomendadas pelos atuais padrões de desenvolvimento, principalmente em relação à pecuária. Há também, neste município, como podemos ver na próxima tabela, um número significativo de estabelecimentos agropecuários com grandes extensões de terras, próprios da região serrana, da qual Otacílio Costa faz parte.

Tabela 3 - Número de estabelecimentos agropecuários segundo os grupos de área total, da cidade de Otacílio Costa - SC

Grupos de área total	Estabelecimentos agropecuários		
	1975	1985	1995/96
-1ha		11	15
1 a -2		09	07
2 a -5		63	47
5 a -10		72	70
10 a -20		109	120
20 a -50		438	146
50 a -100		118	98
100 a -200		81	83
200 a -500		69	55
500 a -1000		26	21
1000 a +		14	16

Fonte: Censo Agropecuário 1985 e 1995/96.

A exploração do turismo rural está sendo colocado como uma alternativa econômica, seguindo o exemplo de outras cidades serranas como Lages.

4.1.4. - A mini-usina de leite de Otacílio Costa: a "Leite da Família"

A mini-usina de leite pesquisada em Otacílio Costa é a "Leite da Família". Com 11 associados, ela tem capacidade de pasteurizar aproximadamente 2.000 litros de leite fluído por dia²⁵. Funcionando já há 3 anos, teve assessoria do CEPAGRO e do Centro Vianei de Lages. Esta usina de leite está estabelecida em um bairro da cidade de Otacílio Costa, no qual

²⁵ No mês de junho de 1999, esta mini-usina estava pasteurizando cerca de 500 à 600lt/dia de leite fluído.

moram 3 associados. Os outros 8 associados moram mais distantes da mini-usina de leite, no que consideram área rural. A produção desta mini-usina é dirigida aos estabelecimentos comerciais de Otacílio Costa, sendo que na época da pesquisa havia a possibilidade de se fornecer leite para a prefeitura, destinado à merenda escolar.

Este grupo de associados, diferentemente de Mafra, surgiu de reuniões propostas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais e pelo Centro Vianeí que levaram a seus membros a idéia de se formar agroindústrias de pequeno porte. Neste caso observou-se, através das entrevistas, que as mulheres participaram mais ativamente da gestação da mini-usina, comparecendo às reuniões que antecederam a sua implementação. No entanto também nesta mini-usina só os homens são os associados., mesmo tendo sido incentivados pelas ONG's a buscarem uma maior participação feminina durante todo o processo de implementação da mesma o que, como no caso de Mafra, não ocorreu.

Ao adquirirem uma planta industrial muito maior do que a que eles necessitavam, pois a produção de leite do grupo inicialmente não chegava a 200 litros diários, os associados adquiriram também uma dívida de R\$49.000,00 que, na época da pesquisa, ainda faltava quase um ano para ser saldada. Alegando falta de conhecimento e de bom senso, sem no entanto excluir a responsabilidade da assessoria dada pelo CEPAGRO e pelo Centro Vianeí, os associados reconhecem que exageraram, principalmente porque até o presente momento ainda não tinham chegado a utilizar a capacidade total do pasteurizador.

É interessante verificar que em Otacílio Costa também ocorreu problemas devido às relações do grupo com os empregados da mini-usina, que também eram associados ou filhos de associados. Desvio de dinheiro, má prestação de contas, perda de clientes, junto com as altas prestações do empréstimo bancário, deixaram o grupo sem ter retorno financeiro por quase dois anos, o que levou muitos dos associados, principalmente os mais "fracos", a terem dificuldades econômicas, a ponto de terem de se desfazer de terras para saldar as dívidas contraídas. Tão grave quanto esta situação foram os problemas nos relacionamentos conjugais, uma vez que muitas mulheres entrevistadas disseram que se não fosse pela dívida estar no nome dos associados, eles já teriam desistido da mini-usina. Para os associados que tinham uma situação econômica mais estruturada, foi mais fácil sobreviver a este período, mas mesmo entre estes houve um certo desconforto em relação aos problemas econômicos provocados pelo relacionamento "empregados-patrões", pois assim como aconteceu em Mafra, a relação de amizade entre os associados, aliada à falta de experiência administrativa

dos mesmos, impediu que questionamentos mais objetivos em relação à administração econômica da mini-usina fossem feitas.

Na época da pesquisa, os associados já haviam conseguido reestruturar a mini-usina, passando a ter inclusive uma margem de lucro pequena, que estava sendo dividida entre os mesmos.

4.2 - Características gerais das famílias:

Quando fomos a campo pesquisar as mulheres cujas famílias eram associadas às mini-usinas de leite escolhidas para serem estudadas, nós nos preocupamos em obter dados não só relacionados à atividade leiteira e às alterações que surgiram com a mini usina, mas procuramos também saber qual era o contexto em que essas mulheres estavam inseridas, quais as alternativas econômicas, sociais, familiares que elas dispunham e com as quais elas tinham que conviver diariamente.

Através dos dados e informações obtidos, nós vamos em um primeiro momento caracterizar essas mulheres, suas famílias e a propriedade em que vivem. Em um segundo momento, vamos verificar como se dá a divisão sexual do trabalho dentro destas propriedades, procurando relacioná-la a outros fatores como a proximidade com a área urbana, os efeitos da modernização e a situação econômica das famílias. Finalmente, vamos analisar como se dá a relação das mulheres com as mini-usinas de leite e quais as consequências desta para o relacionamento entre os cônjuges associados.

4.2.1 Caracterizando as mulheres e suas famílias:

A) A idade:

As famílias das mulheres agricultoras entrevistadas são quase todas nucleares, ou seja, compostas de pai, mãe e filhos, morando em uma mesma casa. Há somente um caso em que a mulher, seu marido e seu filho pequeno moram com os pais dela, mas a situação é provisória. Essa estrutura familiar nuclear demonstra, como vem sendo observado em pesquisas anteriores e pelo próprio Censo Demográfico (1991), que o número de membros de uma família residente em uma mesma casa na área rural diminuiu consideravelmente. Se nas

gerações anteriores era comum ter três ou mais gerações morando junto, hoje dificilmente este fato é verificado.

A maioria destas mulheres, treze, está na faixa de 40 a 60 anos, duas têm de 25/30 anos e uma está com 32 anos. A idade dos homens acompanha a idade das mulheres, doze têm mais de 40 anos e três estão na faixa etária dos 30/39.

Tabela 04 – Idade das mulheres e de seus maridos:

Faixas de idade	Mulheres	Maridos
20-29	02	00
30-39	01	03
40-49	11	06
50-59	02	06
Total	16	15*

*Uma das mulheres é solteira e mora com o irmão também solteiro, este está na faixa dos 40 anos.

Dos quinze casais, dois têm 7 filhos cada um e treze têm até 4 filhos, sendo que, entre estes, dois ainda podem ter mais filhos mas disseram que não pretendem ter mais de três, alegando que atualmente as dificuldades econômicas e o tamanho da propriedade, pequena, não viabiliza uma família grande.

Tabela 05 – Número de filhos por faixa etária das mulheres:

Número De filhos	Idade das mulheres				
	20-29	30-39	40-49	50-59	Total
00	-	-	01	-	01
01-02	02	-	-	-	02
03-04	-	01	09	01	11
05-06	-	-	-	-	00
07-08	-	-	-	02	02
Total	02	01	10	03	16

A tabela acima mostra que o número de filhos diminuiu sensivelmente, não só entre as mulheres mais jovens mas entre as mais velhas também, acompanhando o decréscimo da taxa de fertilidade brasileira que baixou de 4,7 no período 70-75 para 2,7 em 90-95 (ONU, 1995).

Dos filhos que moram na propriedade, que são 32, temos dezessete com menos de 15 anos, treze com idade entre 16 e 20 anos, e dois entre 21 e 25 anos. Dos filhos que não moram mais na propriedade, que são 18, a idade varia de 16 anos a 35 anos.

Das 15 propriedades temos 5 onde só moram o casal e uma filha e 5 onde moram de cinco a seis pessoas, tendo estas famílias têm de dois a três filhos menores de 15 anos. Os motivos dados para explicar a saída dos filhos e filhas das propriedades quando estes

alcançaram a idade adulta foram vários, entre eles os relacionados ao tamanho da propriedade e ao baixo retorno econômico advindo da mesma. Há uma idéia geral de que nos centros urbanos é mais fácil encontrar emprego, mesmo com pouca qualificação; que lá se ganha melhor e que para os jovens há mais atividades de lazer do que no meio rural. Entre os filhos e filhas que saíram da casa dos pais, apenas uma moça casou-se com agricultor, todos os outros trabalham em atividades diversas na área urbana. É importante salientar a presença dos filhos/as que permanecem nas propriedades participando na atividade leiteira, sendo que três deles trabalham nas mini-usinas.

No entanto há um desejo por parte das jovens com idade entre 14 e 17 anos de não permanecerem trabalhando no meio rural, o que demonstra que nestes casos a opção mais valorizada tem sido a migração das mulheres para o meio urbano, pois mesmo para as que ainda permanecem na propriedade, devido à pouca idade, o trabalho diário na propriedade exige muito sacrifício, e casar-se com um agricultor seria permanecer na mesma situação, sendo que algumas têm como exemplo as próprias irmãs, que não se casaram com agricultores ou que saíram para estudar e trabalhar, e não voltaram mais.

B) A escolaridade:

Nestas famílias, o nível escolar médio das mulheres, assim como de seus maridos, é baixa. A maioria fez até a 4ª série, sendo que apenas três mulheres e dois homens têm até a 8ª série. É preciso colocar que duas das que fizeram até a 8ª série são as mais jovens, e a outra morava perto da cidade quando era adolescente.

Em relação ao nível escolar dos filhos, que no total são 50, temos: quatro que ainda não estão estudando, dezessete que estão estudando – três fazendo da 2ª/4ª, nove fazendo da 5ª/8ª, cinco fazendo o 2º grau – e vinte e dois que não estudam mais – destes, três fizeram até a 4ª, três da 5ª/7ª, oito até a 8ª, e oito fizeram o 2º grau completo.

Estes números demonstram que a escolaridade dos filhos é maior do que a dos pais, o que é explicado pelas mães pela proximidade com a cidade e/ou facilidade trazida mais recentemente pelo transporte escolar municipal que permite que as crianças ou adolescentes tenham um acesso às escolas que seus pais não tiveram. Um segundo motivo colocado é que hoje em dia os pais procuram incentivar os filhos/as a estudarem mais, por considerarem que um nível escolar maior oferece mais oportunidades de trabalho fora da agricultura, além de

ser o estudo considerado também “uma herança para os jovens, pois nunca se sabe o futuro da agricultura”. Outro motivo é que o trabalho nas propriedades, com a mecanização, já não é tão intenso quanto era entre as gerações anteriores, quando os filhos deixavam de ir a escola para ajudar os pais nas atividades diárias.

Não há uma diferença em relação ao nível de escolaridade dos homens em comparação com as mulheres, nem entre os casais nem entre os filhos/as. Se nas gerações anteriores era mais difícil para as mulheres estudarem, principalmente quando as propriedades ficavam longe das escolas, devido a um maior controle moral sobre o comportamento das mesmas, hoje as jovens já desfrutam da possibilidade de se locomover para a área urbana, se for preciso, para frequentar uma escola.

C) – A etnia:

Enquanto estávamos em campo, uma diferença que chamou a atenção entre as famílias pesquisadas era em relação a etnia. Em Otacílio Costa, dos onze casais somente uma mulher era descendente de alemães, todas as outras mulheres e seus maridos eram descendentes de brasileiros. Já em Mafra, os cinco casais eram descendentes de italianos ou de alemães ou de poloneses; como alguns acentuaram, eram “descendentes de europeus”. Como apontou Renk (1990), há em Santa Catarina um preconceito muito grande por parte dos descendentes de italianos e alemães em relação aos agricultores descendentes de brasileiros, também chamados de “caboclos”, que, quando comparados aos agricultores de origem europeia não-ibérica, principalmente alemães e italianos, são considerados menos trabalhadores, menos caprichosos, menos empreendedores, etc. No entanto, como demonstrou Paulilo (1976) em estudo quantitativo feito em uma região de São Paulo, não existe diferença na quantidade ou qualidade do trabalho por causa da etnia, o que existe é a maior ou menor necessidade do trabalho, o que faz com que se utilize ou não toda a mão-de-obra presente na propriedade.

Verificamos o mesmo fato tanto em Mafra como em Otacílio Costa, ou seja, as mulheres que mais trabalham são aquelas que têm uma situação econômica mais precária, produzindo também para a subsistência, cultivando, como já foi colocado anteriormente, uma diversidade maior de produtos agrícolas e cuidando de animais, o que faz com que elas trabalhem mais intensamente, não só no espaço doméstico mas também no espaço masculino da produção, principalmente aquelas que ainda têm filhos pequenos e que não podem contratar mão-de-obra temporária.

D) A profissão e a documentação:

Quando perguntamos às mulheres entrevistadas qual era a profissão delas, as respostas foram 2 merendeiras, 8 donas de casa, 3 agricultoras e ainda 3 aposentadas. Ao nos responderem, muitas ficaram na dúvida ou posteriormente complementaram as informações sobre suas profissões como foi o caso das donas-de-casa e das aposentadas. Estas têm uma forte identificação com o trabalho doméstico, não se percebendo como agricultoras, apesar de já terem trabalhado na lavoura e de ainda hoje fazerem serviços próximos à casa, cuidando da horta, de pequenos animais e participando da ordenha. As mulheres que nos disseram ser donas-de-casa ao se referirem à sua participação nas atividades na lavoura o fazem dizendo que ajudam seus maridos, enquanto as que nos responderam serem agricultoras dizem que trabalham tanto quanto eles naquela atividade, além de chamarem a atenção para o trabalho que realizam dentro de casa e junto aos filhos.

Ainda é forte a percepção destas mulheres enquanto mães e esposas, cujas atividades são desenvolvidas no sentido de produzirem o bem-estar da família. O fato de trabalharem em um espaço familiar, de não receberem um salário, além de não terem o mesmo poder de decisão administrativa em relação à propriedade que seus maridos, faz com que elas não se reconheçam como produtoras, como agricultoras, independente das atividades que realizam.

Contraopondo-se a esta falta de reconhecimento enquanto produtoras, verificamos que todas as mulheres têm carteira de identidade, título de eleitor e CPF. Catorze delas são sócias do sindicato dos trabalhadores rurais junto com seus maridos, e sete têm bloco de notas. Sete têm conta corrente conjunta com o marido e quatro têm carteira de trabalho, apesar de, durante a pesquisa, só duas trabalharem fora da propriedade e as outras duas já terem sido merendeiras.

Aqui, como no trabalho do DESER, as mulheres identificaram a necessidade de possuírem alguma forma de ligação ou contribuição com a previdência social para a posterior aposentadoria. Ter acesso aos benefícios da previdência foi um motivo significativo para que as mesmas buscassem ter seus nomes nos blocos de notas ou procurassem se associar ao sindicato dos trabalhadores rurais de forma independente a seus maridos, pois assim estariam contribuindo em seus nomes.

4.2.2 - Caracterizando a propriedade e a produção agropecuária:

A) A propriedade e as benfeitorias:

As propriedades são pequenas, nove têm de 01/05ha, duas têm de 06/10ha, duas têm de 11/15ha e duas têm de 16/20ha.

<u>Tamanho das Propriedades</u>	<u>Número das propriedades</u>
01 à 05ha	09
06 à 10ha	02
11 à 15ha	02
16 à 20ha	02
Total	15*

*Uma das mulheres mora com a mãe, e não em suas terras.

Todas as mulheres entrevistadas moram com suas famílias nas propriedades. Verificamos que em relação ao tipo de material de construção das casas oito são de madeira, quatro são de material e três são mistas. Todas as casas têm banheiro e eletricidade. Catorze têm água encanada, algumas recentemente tiveram acesso a “essas modernidades”, como foi colocado por uma agricultora. O fogão a gás está presente em catorze cozinhas, mas o fogão a lenha ainda é o preferido por quinze donas-de-casa, mesmo que não seja aceso todos os dias em todas as casas. Treze casas têm geladeira e oito têm freezer. Os outros eletrodomésticos não são comuns mas encontramos batedeira, em três casas; liquidificador, em seis; e ferro elétrico em oito. E não necessariamente quem tem um tem o outro. Quinze casas têm televisão, sendo que este aparelho é colocado como necessário não só para obter informações mas também é considerado a principal forma de lazer, e oito têm rádio. A máquina de costura, mesmo que atualmente seja mais usada para fazer alguns reparos, está presente em quinze casas. E todas as casas têm resfriador de leite.

Na maioria das propriedades, além da casa, só encontramos uma outra benfeitoria que é a estrebaria. Em treze propriedades, a estrebaria funciona também como galpão ou paiol no qual podemos encontrar, além do espaço para a ordenha, espaços para se guardar ração, materiais diversos, equipamentos e ferramentas de trabalho, utensílios usados durante a ordenha e o resfriador. Pode ter também um espaço para a criação de porcos ou de galinhas. Somente em uma propriedade a estrebaria não é junto com o galpão. Verificamos também que apenas cinco estrebarias têm o piso de cimento onde se faz a ordenha, nas outras o piso é de chão batido.

B) A produção agropecuária:

As principais culturas desenvolvidas nestas propriedades, tanto em Mafra como em Otacílio Costa, é o milho, usado principalmente para a alimentação das vacas, e o feijão, usado para o consumo e a venda. O fumo está presente em três propriedades, sendo que antes da mini-usina outras quatro plantavam fumo. Mesmo entre as agricultoras que consideram que o fumo é uma renda segura, ele é visto como uma cultura que exige muito sacrifício, muito trabalho e que faz mal para a saúde. As justificativas para não se plantar mais o fumo são várias, como por exemplo: *“optamos pelo leite ao invés de trabalharmos com fumo”*; *“o pagamento do fumo não está valendo o gasto que temos com ele”*; *“antes nós tínhamos todos os filhos morando aqui com a gente e agora somos em três, é pouca gente”*; *“eu e meu marido estamos velhos para plantar fumo”* (agricultoras). Em Otacílio Costa seis agricultores também plantam moranga para vender, mas é uma cultura que, este ano, teve um baixo retorno econômico para os agricultores. Ela acabou sendo usada como ração para gado.

Outros produtos planta-se pouco, mais para o consumo. Além do feijão e do milho, encontramos mandioca, batata-inglesa, batata-doce, pepino, sendo que treze agricultoras têm hortas e nove têm pomar. A baixa temperatura no inverno em Otacílio Costa impede que se mantenha a horta produzindo o ano todo, pois o frio queima e mata as verduras. Segundo as mulheres, se há uma boa produção dos alimentos plantados para o consumo, o excedente pode ser comercializado. Foi interessante verificar que há um consumo muito grande de produtos como arroz, algumas verduras, café, e outros que são adquiridos no supermercado. Entre as famílias que moram praticamente na cidade *“fazer o supermercado e ir no açougue já é comum, pois não vale a pena plantar batatinha se a gente compra mais barato do que se a gente plantasse”* (agricultora).

Todas as propriedades têm algumas galinhas, outras também têm porcos, ambos para o consumo próprio, sendo que apenas duas propriedades têm açude, com peixes. Nem todas têm cavalos, e apenas três têm gado de corte.

A mecanização é baixa, a maioria utiliza os maquinários da prefeitura ou os aluga de um vizinho ou parente quando é época de preparar a terra, ou para outro serviço quando necessário, porque consideram que não vale a pena ter um trator para pouca terra.

As agroindústrias de pequeno porte são direcionadas para pequenos produtores, mas é interessante verificar que as propriedades muito pequenas têm problemas para diversificar sua produção e, ao mesmo tempo, estabelecer áreas de pastagens, de produção de milho para silagem e de plantação de capins especiais para a alimentação das vacas, o que é reconhecido

pelos agricultores. Um deles assim se expressou “é o caso da minha área que hoje não tem jeito de fazer mais lavoura, porque eu tenho pouca área e não sobra para o milho e para a pastagem... então para levantar a produção de leite, eu tive que parar com as lavouras e continuar com o pasto”. Isto aconteceu e ainda acontece principalmente entre os produtores de Otacílio Costa, porque no momento da pesquisa fazia poucos meses que estes estavam recebendo pagamento pelo leite entregue, ou seja, passaram muito tempo só pagando dívidas²⁶ e, assim, as lavouras como o feijão ou o fumo foram importantes para a manutenção econômica da propriedade. No entanto se os agricultores, em vez destas culturas, tivessem plantado pastagens ou mesmo milho para fazer mais silagem, poderiam ter melhorado a alimentação das vacas e aumentado a produtividade do leite, significando então um maior retorno econômico da mini-usina. Existe aí um conflito que é o de depender de uma só renda, a do leite, que vai de encontro à tradição e também a orientação atual dos técnicos que é a necessidade do agricultor diversificar sua produção agrícola e animal justamente para evitar esta situação de dependência.

C) A produção de leite:

A produção de leite, assim como o número de vacas, é bem variado entre os produtores. Se antes da mini-usina, sete propriedades tinham menos de cinco vacas, depois da mini-usina oito propriedades passaram a ter de 05 a 10 vacas, cinco de 11 a 15 vacas, e três de 16 a 20 vacas.

Tabela 7 – Número de vacas por propriedade, antes e depois da mini-usina:

Número de vacas	Antes da Mini-Usina	Depois da Mini-Usina
01-05	07	00
06-10	07	08
11-15	01	05
16-20	01	03
Total	16	16

De acordo com as próprias agricultoras, nem sempre todas as vacas estão produzindo leite, podem estar secando pois vão ter bezerros dentro de um a três meses aproximadamente, ou podem estar no início da gestação.

A produção de leite nas propriedades aumentou com a mini-usina, mais em decorrência do aumento do número de vacas do que da produtividade. Isto acontece devido à impossibilidade de se manter uma alimentação adequada o ano todo, seja por falta de silagem,

²⁶ Dois produtores ainda vendem leite para a Lactoplasa, dizem que é pouca quantidade mas que é garantia de dinheiro no final do mês.

ou porque as pastagens não são tão boas como deveriam ser ou devido ao clima, muito seco no verão ou muito frio no inverno, sendo que ambas as temperaturas prejudicam o crescimento da pastagem.

Em Mafra, no momento da pesquisa, três propriedades estavam produzindo aproximadamente 70lt/dia de leite, uma 80lt/dia e outra 180lt/dia. Em Otacílio Costa, sete propriedades estavam produzindo entre 30 à 50lt diários e quatro entre 50 à 70lt diários. Em Mafra, normalmente a produtividade é bem maior, mas devido a um período de seca, a pastagem não estava servindo como alimentação e a silagem estava no fim.

O cuidado com a saúde das vacas aumentou depois da mini-usina, existe agora um acompanhamento mais intenso do veterinário, que pode ser o da prefeitura ou o responsável pela mini-usina. Tanto os associados de Mafra como os de Otacílio Costa foram à Lages fazer um curso na EPAGRI, que constou de duas etapas de oito dias cada, sobre a produção de leite, o uso das ordenhadeiras, manejo e cuidado no tratamento das vacas.

Em Mafra quem participou destes cursos e treinamentos foram os homens, enquanto em Otacílio Costa as mulheres chegaram a comparecer ainda que não tenha sido em número significativo. Os motivos dados para a baixa ou nenhuma participação das mulheres nestes cursos foram distintos para as duas cidades. Em Mafra alegou-se que os homens eram os associados e que por ser a ordenhadeira uma “novidade tecnológica”, eles é que foram “aprender” a trabalhar com ela. Em Otacílio Costa, apesar das mulheres terem tido maiores possibilidades de participar, elas alegaram que não é possível ao casal sair da propriedade ao mesmo tempo, sendo que optaram pela ausência do marido.

Esta situação de diferença no acesso a um novo conhecimento, ao treinamento para a utilização de tecnologia como se deu no caso de Mafra, exemplifica bem a discussão a respeito do direcionamento dos novos recursos para o chefe-da-família, pois em ambas as mini-usinas são as mulheres e não os homens as maiores responsáveis pela atividade leiteira, portanto elas deveriam ter sido priorizadas no acesso a esse novo conhecimento. Aqui nota-se também a influência da “lógica do preconceito desfavorável” por parte das próprias mulheres que até reconhecem a importância do aprendizado para melhor realizar suas tarefas, mas consideram que os seus companheiros estão mais preparados e têm mais habilidade para sair da propriedade e aprender algo novo.

4.2.3 - A divisão do trabalho na unidade de produção:

A) O trabalho doméstico:

O que foi verificado nas propriedades é que o trabalho doméstico é noventa por cento feminino. A única exceção encontrada foi entre um dos casais mais jovens, onde o marido participava de alguns serviços como ajudar com a louça ou com a casa.

Tratar a “criação miúda” permanece sendo trabalho das mulheres, é uma extensão das atividades domésticas, assim como cuidar da horta também é. São consideradas atividades simples de realizar, que não dão muito trabalho e que contribuem muito para melhorar a alimentação.

É importante a presença de filhas adolescentes nas propriedades - doze mulheres ainda têm em casa filhas moças em idade que varia dos 14 aos 18 anos -, pois estas vão compartilhar o mesmo espaço de trabalho das mães, dividindo as responsabilidades com as tarefas domésticas, o cuidado com as crianças pequenas e as atividades do leite. Essa ajuda, essencial algumas vezes, vai liberar as mulheres tanto para que possam realizar outras tarefas, como para permitir um tempo maior de lazer e descanso para elas.

A “divisão dos espaços” só é rígida em relação à participação masculina nas atividades domésticas, por que os homens consideram que estas são obrigações femininas; nem mesmo a idéia de “ajudar” é concebida como natural. Agora, o espaço feminino de trabalho, podemos concordar com Pacheco (1998), é infinitamente elástico, pois elas realizam quase todo tipo de atividades na propriedade, como veremos nos próximos itens.

B) O trabalho na propriedade:

Ter ou não ter filhos morando na propriedade faz uma grande diferença, quando o assunto é o trabalho na lavoura. Em Mafra, das cinco mulheres entrevistadas, duas não vão mais para a lavoura, porque segundo elas, já foram muito mas agora tem quem faça estes serviços, pois ambas têm filhos, filhas ou genro que trabalham nas lavouras de milho e de feijão. Em Otacílio Costa, das onze mulheres entrevistadas, quatro participam mais ativamente nas lavouras e, destas, três fazem de tudo, ou seja, roçar, colher, carpir, o que precisar. Duas mulheres participam das colheitas e tem cinco que não vão mais à roça porque os filhos é que ajudam o marido. Em apenas uma propriedade as filhas ajudam na lavoura, uma diariamente e a outra quando vem para as férias ajudar na colheita do fumo.

As mulheres que hoje em dia participam pouco ou não participam mais das atividades na lavoura dizem que, além de terem os filhos para ajudar, o que aumentou muito tem sido a utilização de máquinas e de agrotóxicos, que facilitam o serviço pois não se precisa mais ficar limpando a lavoura o tempo todo, e também não se precisa mais arar a terra porque o trator faz o serviço rápido e bem feito. Só reclamam que o aluguel das máquinas é um pouco caro. Somente uma mulher, a mais nova de todas, disse que estava aprendendo a lidar com o trator, mas que geralmente era seu marido que fazia o serviço com as máquinas. Algumas mulheres disseram que não dirigem nem carro que dirá “mexer” com um trator, ou que essas máquinas são pesadas e que os homens sabem manejá-las melhor.

Das sete mulheres que trabalham na lavoura, quatro dizem claramente que trabalham na roça, e três dizem que “ajudam” o marido. Agora, todas colocam que não trabalham como suas mães trabalhavam ou como elas mesmas trabalhavam quando eram moças, pois antes tinham que plantar de tudo para o consumo e também para a venda.

Os insumos modernos não só liberam mão-de-obra na propriedade, como, quando em conjunto com a divisão do trabalho que se baseia no sexo e na idade de cada membro da família, acabam liberando as mulheres cujos filhos já têm idade para substituí-las nas atividades que são mais desgastantes, que exigem um grande esforço físico ou que são realizadas durante todo o ano com sol ou com chuva. As atividades que foram facilitadas pela utilização de insumos diversos, pudemos perceber, são as que se realizam justamente no “espaço masculino da produção”, sendo que as inovações, como os agrotóxicos, foram rapidamente incorporados na produção agrícola e animal. As mulheres só realizam estas atividades quando a utilização de toda a mão-de-obra é essencial, como já foi comentado.

C) O trabalho na atividade leiteira:

Os responsáveis pelas atividades relacionadas com o leite e as vacas são, na sua maioria, as mulheres e as filhas/os. Quando necessário, os maridos também ajudam, sendo que em um único caso um dos maridos, que trabalha junto com o irmão, é o responsável por toda a atividade leiteira e sua mulher não participa em nada.

Há três famílias onde todos participam da ordenha, mas são famílias pequenas, de três pessoas, a mãe, o pai e a filha mais nova que ainda reside na propriedade. E apesar de haver uma maior participação em relação à família como um todo, geralmente na época das aulas, quando os filhos estudam à tarde, as atividades da segunda ordenha podem ficar a cargo só das mulheres.

Tabela 8 – Responsáveis pelas tarefas de manejo, trato e ordenha das vacas:		
Responsáveis pelas tarefas	Antes da Mini-Usina	Depois da Mini-Usina
Todos	01	03
Mulher/marido	00	01
Mulher/filhas(os)*	09	07
Mulher	05	03
Homem	01	01
Filha e genro	00	01
Total	16	16

Em Mafra todos têm ordenhadeira, ao contrário de Otacílio Costa onde ninguém a tem. Sua ausência não pode ser explicada só pela questão econômica, embora seja uma máquina cara, mas também pelo fato da maioria dos produtores não ter uma produção de leite significativa que justifique a compra deste equipamento.

A ordenhadeira, segundo as agricultoras de Mafra, por um lado, é útil por poupar fisicamente as mãos e o pulso mas, por outro, elas têm que ficar mais atentas ao trabalho, além de se movimentarem mais rapidamente porque quando acabam de ordenhar uma vaca a outra já deve estar no estábulo devidamente preparada, ou seja, com os tetos limpos e o rabo preso. Como as vacas comem enquanto são ordenhadas, o trato também deve estar pronto no cocho. Depois de pronta a ordenha, as máquinas devem ser bem limpas para serem guardadas, pois o leite azeda facilmente e pode contaminar toda a produção de um dia.

Quando indagadas sobre o aumento ou não de serviço depois da mini-usina dez mulheres responderam que aumentou e cinco que continua o mesmo. Entre as agricultoras que disseram que aumentou o serviço as justificativas mais frequentes eram: *“tem pouca gente e tem mais vacas, e se tem mais vacas tem mais trabalho”*, *“antes a gente tinha capricho, mas agora tem que ter cuidado com tudo, com a alimentação das vacas, com a ordenha, com a higiene, em guardar as coisas do leite”*, *“aumentou porque eu também tenho que ir para a lavoura”*. As agricultoras que disseram que o serviço não aumentou são as que beneficiavam o leite anteriormente, então a diferença agora é que aumentou um pouco a quantidade de leite, mas já não fazem entregas na cidade dos outros produtos. Em Mafra, uma das agricultoras que é solteira e que mora com o irmão, também solteiro, é a única que não tem filhas/os para ajudá-la, sendo que eventualmente tem ajuda do irmão. Esta mulher diz que o serviço aumentou muito para ela com a mini-usina, pois aumentou o número de vacas e a produção também.

Nesta atividade, ao contrário do que se verificou em outras, como as realizadas no espaço produtivo, a mecanização não excluiu as mulheres, ao contrário, são elas que “mexem” com as máquinas, apesar de terem sido os homens que fizeram curso de capacitação para utilização das ordenhadeiras. Talvez pela atividade leiteira ser tradicionalmente feminina ou/e porque o tamanho do empreendimento ainda não tenha atingido uma relevância econômica na propriedade que chame suficientemente a atenção masculina.

D) As atividades complementares femininas:

Em relação às atividades complementares, antes da mini-usina as mulheres eram mais ativas do que depois de associadas a ela.

Tabela 9 – Número de mulheres que desenvolviam atividades complementares femininas antes e depois da mini-usina:

Atividade femininas complementares	<u>Antes da mini-usina</u>	Depois da mini-usina
Faxina	03	01
Costura	01	00
Lavoura	01	01
Queijo	05	02
Nata/queijo/doce leite	03	02
Ovos	01	01
Acolchoado lã	02	02
Manteiga	02	02
Nenhuma	01	09

*Algumas mulheres realizam mais de uma atividade complementar.

As mulheres que não fazem mais nenhum tipo de atividade dizem que não sobra mais tempo ou que, se antes beneficiavam o leite, agora não dá mais pois entregam todo o leite para a mini-usina.

A proximidade com a cidade permite atividades complementares não-agrícolas, como fazer faxina, caso seja necessário ajudar na renda familiar, mas essa não é uma prática comum. As atividades complementares femininas são desprezadas por fornecer uma renda pequena, mas essa renda, como foi verificado, serve tanto para comprar roupas, utensílios domésticos, material escolar, o que já se constatou em outras pesquisas, como para ser um complemento essencial no sustento da casa quando os produtos principais não fornecem a renda costumeira, como na situação vista em Otacilio Costa.

As mulheres vendem seus produtos na cidade, onde elas já têm clientes fixos, no caso da manteiga e da nata algumas vendem até para restaurantes. Os acolchoados elas fazem conforme encomenda, o que acontece mais próximo ao inverno.

E) O trabalho fora da propriedade:

No momento da pesquisa, duas das dezesseis mulheres trabalhavam fora de casa. As duas na mesma atividade: a de merendeira em escolas municipais, sendo que uma delas estava afastada por motivo de doença. Esta mulher, além de trabalhar como merendeira, também fazia faxina de vez em quando. Ambas moram em um bairro de Otacílio Costa, dentro do perímetro urbano. Duas outras mulheres, as duas mais novas, já fizeram faxina, mas uma parou porque está grávida e a outra, porque o marido prefere que ela fique em casa.

Trabalhar fora não significa estar isenta do trabalho doméstico, significa tripla jornada, porque têm a casa para cuidar, a ordenha nos dois períodos e o serviço fora de casa. O salário que recebem é gasto com a casa, e foi a renda principal, complementada pela venda de alguns produtos agropecuários, por aproximadamente um ano em ambas as famílias, enquanto a mini-usina ainda não dava um retorno econômico.

Alguns maridos também têm outra ocupação que não a propriedade. Dos quinze, um é presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; um é servidor municipal; um é Juiz Classista; um trabalha na mini-usina; um é empregado permanente em uma propriedade agropecuária vizinha a sua como caseiro e outro faz serviços diversos como trabalhador temporário em propriedades agropecuárias. Todos eles recebem salário, cerca de um a dois salários mínimos, menos o que é Juiz que tem um salário bem superior.

Dos filhos que moram na propriedade, três trabalham nas mini-usinas e um tem um trabalho não-agrícola na cidade. Os demais filhos estão envolvidos com as atividades da propriedade, principalmente as atividades relacionadas ao leite, como manejo das vacas, alimentação e ordenha.

Dos seis homens que trabalham fora, somente um não realiza nenhuma atividade na propriedade, são suas filhas e genros que cuidam da atividade leiteira e da produção agrícola. Em um caso apenas a mulher é responsável por quase todas as atividades da propriedade, contando com um filho para ajudá-la, mas mesmo assim sempre que pode seu marido está presente nos trabalhos realizados na lavoura. Neste aspecto não podemos dizer que o fato dos homens trabalharem fora da propriedade signifique que a exploração agrícola ficou a cargo

das mulheres, porque em todos os casos os homens não deixaram a propriedade para trabalhar em outra cidade, eles ausentam-se diariamente, alguns em períodos mais longos que outros mas estão presentes o suficiente para se manterem como responsáveis pela propriedade.

4.2.4 - A relação de poder entre homens e mulheres:

A) Dentro da propriedade:

Há uma diferença na relação dos casais de Mafra para com os de Otacílio Costa. Em Mafra as mulheres, a não ser em um caso, são mais dependentes dos maridos, são eles que determinam as tarefas a serem realizadas, o que plantar, se vão fazer mais ou menos silagem, são eles que têm o controle da propriedade. Das cinco mulheres, somente duas, espontaneamente, reconheceram que era preciso que os maridos soubessem dividir a responsabilidade da administração da propriedade, porque se eles escutassem os filhos/as e a mulher errariam menos, além do que todos trabalham igual e deveriam ter o direito de opinar também.

Já em Otacílio Costa há uma maior integração entre o casal no que se refere à administração da propriedade. As mulheres participam das decisões a respeito do que vai ser feito e porque vai ser feito. Sua opinião é respeitada. Pelo menos nos assuntos internos à propriedade. Em Otacílio Costa as tarefas em relação à propriedade como um todo são decididas pelos homens em quatro casos; em seis casos os homens discutem com as mulheres o que e como fazer ou plantar ou comprar. Entre estes seis casais, três mulheres consideram que o marido sabe o que é melhor para a propriedade, mas elas acham importante estar por dentro do que acontece. Somente em um caso a mulher é que “determina” o que tem que ser feito, pois seu marido não é “muito de determinar as coisas”.

Em ambas as cidades, a produção de cultivos como o feijão, milho, moranga é comercializada pelos homens, porque “eles estão mais acostumados e têm mais conhecimento que as mulheres”, mas, ao serem indagadas sobre o preço obtido pela venda de determinado produto, nove mulheres souberam responder. O dinheiro da venda destes produtos fica com os homens em treze casos, e nos outros três casos o dinheiro fica com os dois. Houve somente uma situação em que a mulher ficou com o pagamento da produção, ela plantou, colheu e vendeu uma roça de pepino. Mas este foi um caso à parte, não encontramos outra situação semelhante entre as outras entrevistadas.

É interessante verificar que entre as dezesseis mulheres entrevistadas, somente três apresentavam um discurso compatível com seu comportamento na relação com o marido, no sentido de ter uma relação mais igualitária não só na administração da propriedade mas também em relação às questões familiares. Das duas mulheres que trabalham fora da propriedade, ambas como merendeira, dizem que ter uma profissão e fazer uma ou outra atividade complementar mantém sua autonomia frente ao marido. Destas duas, uma participa ativamente da administração sócio-econômica da propriedade, enquanto a outra decide, ou melhor, determina esta administração. A outra agricultora, que tem 24 anos, apesar de não trabalhar fora, procura dividir com o marido as decisões a respeito da produção agrícola e leiteira deles, além de ter um controle maior do que o marido sobre a renda deles. No relacionamento familiar estas mulheres também têm uma participação significativa nas decisões a respeito das atividades desenvolvidas pelos filhos a respeito do futuro deles.

As outras 13 mulheres tinham uma relação mais contraditória entre pensar e agir, pois se, por um lado, algumas compartilham da administração da propriedade, ao mesmo tempo elas não compartilham da administração da renda, apesar de saberem onde ela é aplicada e de terem acesso a ela, mesmo sendo a renda do leite. Elas não chegam a questionar a posição que os maridos têm no comando enquanto chefes-da-família, apesar de que algumas gostariam de ter uma relação mais democrática com os mesmos.

Quando há, nestes relacionamentos, uma percepção, por parte das mulheres, da desigualdade na distribuição do poder no relacionamento e na administração da propriedade, existe também como que uma aceitação da desigualdade. Diríamos que é o “habitus”, no sentido de BOURDIEU, em ação. A hierarquia é baseada na tradição do patriarcalismo, sendo portanto difícil para as mulheres, mesmo estando em contato com outras formas de relacionamentos mais igualitários como as veiculadas pela mídia, esboçarem reações que vão provocar conflitos nos relacionamentos com seus companheiros. Como veremos em seguida, quando estas mulheres, não só em Otacílio Costa como também em Mafra, tentaram participar mais ativamente da administração das mini-usinas foram ignoradas e classificadas como sabotadoras.

B) Na mini-usina de leite:

A mini-usina de leite é um assunto delicado para todo mundo, sejam homens ou mulheres. Até os filhos ficam tensos quando se pergunta a respeito. Aqui também há uma diferença de Mafra para Otacílio Costa, pois das cinco mulheres que são de Mafra somente

uma disse que a mini-usina para ela foi um erro, não a mini-usina em si, mas o irmão ter se associado, pois agora ela trabalha mais e não tem retorno econômico algum. Para as outras quatro, a mini-usina foi uma boa alternativa, apesar de considerarem que elas gostariam de participar mais não só das reuniões, mas também de poderem fazer parte da administração. Isso não acontece, porque os maridos é que são os associados e só os associados é que fazem parte da diretoria.

Há por parte dos homens, com raríssimas exceções, e aqui não há muita diferença entre as duas cidades, uma crença de que as mulheres não estão capacitadas para lidar com o público, de que elas têm menos consciência do que é administrar um negócio porque elas não têm vida pública, elas não sabem continuar com os projetos. Na verdade, além do preconceito referente à capacidade feminina, muitas mulheres não foram bem vistas quando quiseram questionar as administrações das mini-usinas, o que levou muitas delas a desistirem ou a se sentirem desanimadas em participar das reuniões.

Em Otacílio Costa somente uma mulher realmente participa de todas as reuniões que acontecem, e é porque o marido faz parte da diretoria e ela o auxilia. Há dez mulheres que raramente participam das reuniões, sendo que algumas não fazem a menor questão de participar. As razões são várias. Há as que gostariam de participar mais o problema é o horário das reuniões, pois geralmente coincide com o final da ordenha e neste caso a preferência é dada ao marido. Para as que não gostam de ir, os motivos principais derivam principalmente das brigas que acontecem nas reuniões, mais sérias do que as de Mafra, devido aos desentendimentos em relação à administração da mini-usina e ao fato de não se valorizar a opinião e as propostas das mulheres. Pode-se somar a isso o baixo retorno econômico advindo da mini-usina porque, como já foi colocado, os produtores passaram quase dois anos sem receberem nada, o que causou desânimo entre muitas famílias. Por isso quando indagadas a respeito da mini-usina, cinco mulheres disseram que, se pudessem, já teriam se desligado dela, e seis acham que até agora não foi um bom investimento embora acreditem que já está melhorando.

Observamos nas entrevistas que inicialmente a mini-usina foi vista por todos como uma boa alternativa aos diversos problemas enfrentados por cada um, acontece, porém, que faltou uma melhor avaliação da capacidade de cada família para responder às exigências da mini-usina, tanto em relação à produção de leite como ao pagamento das dívidas. As famílias com baixo poder econômico tiveram então sérias dificuldades para atravessar esse período.

Apesar das reclamações das mulheres, os homens só não desistiram porque a dívida no banco é individual, estava no nome de cada um deles.

Em relação ao pagamento do leite precisamos fazer uma ressalva: antes da mini-usina, sete agricultores vendiam leite para cooperativas ou indústria de laticínios e os homens é que eram os associados e, como é de praxe, o pagamento vinha no nome deles. As mulheres que vendiam o leite fluído ou o beneficiavam ficavam com o dinheiro para si.

Hoje, com a mini-usina, os homens é que são os associados e que recebem o pagamento do dinheiro, salvo uma única exceção, em Mafra, que diz respeito ao casal mais novo entre todos, que o marido não gosta muito de ir às reuniões e então eles se revezam e, às vezes, ela é que recebe o pagamento. A administração desse dinheiro fica por conta dos homens em onze casos, em quatro ambos resolvem o que fazer com ele, e somente em um caso a mulher fica com essa renda a seu dispor.

Analisando ambas as cidades, pudemos perceber que houve uma maior participação das mulheres de Otacílio Costa na fase de planejamento e implementação das mini-usinas devido à insistência dos técnicos e agrônomos, que ajudaram a planejar e implementar a mini-usina, de que elas participassem de todo o processo. Mas assim que a mini-usina passou a ser de responsabilidade dos associados, houve um retrocesso na participação feminina, igualando-se então a Mafra. Essa não participação feminina é justificada por homens e mulheres de maneiras diferentes. Eles alegam que: elas não têm experiência de lidar com negócios públicos, nem de se manifestar em reuniões; não têm paciência para resolver os problemas; manifestam-se inadequadamente sobre suas opiniões; e incitam os maridos a desistirem da mini-usina. Já as mulheres desenvolveram um discurso que incorpora parte das justificativas masculinas, pois responsabilizam as outras mulheres por não quererem a mini-usina, por fazerem confusão, por não saberem falar direito e saírem-se aos gritos quando perdem a paciência. Elas também encontram na própria mini-usina um outro motivo para explicar a situação de exclusão, quando a acusam de ter sido um mau negócio, mesmo aquelas que consideram que a mini-usina está melhorando, e disseram que já haviam alertado seus companheiros para o tamanho da dívida que estariam assumindo, para o caráter dos outros associados e para o investimento que teriam que fazer na propriedade.

Em Mafra as justificativas de homens e mulheres são as mesmas de Otacílio Costa, a não ser em relação a mini-usina, porque não tiveram tantos problemas para fazer o pagamento dos investimentos realizados.

As justificativas apresentadas pelos homens são baseadas em características negativas que normalmente são atribuídas às mulheres, por fazerem parte da “natureza feminina”. E é tão forte esse estereótipo que não só foi incorporado pelas mulheres como é utilizado por elas para denegrir suas “companheiras”. Há um jogo de poder em que homens e mulheres não se reconhecem como adversários, mas utilizam-se de estratégias como as representações sociais tradicionais. As mulheres percebem que perderam espaço, e não foi só em relação a mini-usina, perderam também a pouca autonomia econômica que elas tinham, a da venda dos derivados do leite. E a forma de recuperar esse espaço é denegrindo a imagem da mini-usina junto a seus maridos, apontando os problemas trazidos por ela dentro da propriedade e propondo outras alternativas de renda. É a maneira delas resistirem, quotidianamente, à desigualdade a que estão submetidas, são as fissuras à dominação masculina como bem coloca Soieht (1997).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A agroindústria de pequeno porte é colocada, por órgãos públicos e órgãos não-governamentais, como uma alternativa à crise econômica que os agricultores em geral estão enfrentando. Uma crise que está influenciando de maneira negativa as relações sociais e culturais em que eles estão inseridos, provocando modificações que abalam a estrutura familiar rural. No entanto as agroindústrias, em nosso entender, são uma alternativa que vêm a reforçar aspectos tradicionais da agricultura familiar como o patriarcalismo, que são prejudiciais às mulheres. Isto acontece porque neste projeto há uma percepção errônea de que o desenvolvimento de uma propriedade agropecuária familiar significa o desenvolvimento de todos os membros que a compõem, o que pode ser constatado na falta de atribuições diferenciadas a cada um deles, bem como a ausência de instrumentos que incitem às mulheres e aos jovens a terem uma maior participação na administração sócio-econômica da propriedade e da agroindústria em questão.

A ausência de estímulo à participação é importante pois, como pudemos verificar neste estudo de caso, as mulheres participaram mais do planejamento e da implementação das mini-usinas, etapas em que a presença dos técnicos e agrônomos responsáveis pela assessoria aos associados se fazia constante, solicitando e incentivando uma maior participação feminina. Na ausência destes, houve um retorno à relação tradicional, uma vez que as mulheres abrem mão de sua participação na administração da mini-usina. Os maridos por sua vez, incomodados pela participação e intervenção femininas, que muitas vezes questionaram a administração masculina da mini-usina, preferem acomodar-se, não estimulando a presença feminina nas reuniões do grupo associado.

Consideramos ainda que a mini-usina implicou em alterações na divisão sexual do trabalho, uma vez que houve aumento nas atividades relacionadas com a produção de leite realizadas pelas mulheres. A participação masculina nestas atividades aumentou de forma pouco significativa quando comparada com o aumento da participação dos filhos(as) nas mesmas, mesmo entre aquelas propriedades que mecanizaram a ordenha. A mecanização, por sua vez, não excluiu as mulheres deste trabalho, mas também não significou um ganho de status para elas, como acontece algumas vezes quando mudanças tecnológicas alteram uma atividade. A exclusão aconteceu para as mulheres, nas tarefas realizadas na lavoura, onde as mulheres puderam ser substituídas por máquinas e/ou eventualmente por seus filhos mais velhos. Observamos então que o gênero e a idade se mesclam à modernização modificando a

divisão sexual do trabalho e o reconhecimento dado a ele no espaço da “produção”. Pois, apesar do leite ter obtido um status de produto principal na propriedade, o mesmo não aconteceu com as atividades que se relacionam com a sua produção, pois estas continuam principalmente femininas.

Em relação à propriedade, as alterações se deram na própria produção agrícola, uma vez que houve substituição ou diminuição da área plantada de cultivos dirigidos à comercialização para cultivos de pastagens ou de milho, destinados à alimentação do gado leiteiro. A administração sócio-econômica da exploração agrícola não sofreu alterações significativas. Mesmo em relação à atividade leiteira – ordenha, trato, manejo –, pela qual já eram responsáveis anteriormente, as mulheres ainda seguem as orientações dos maridos, subordinando-se, assim como seus filhos, à dominação masculina. A permanência das relações tradicionais de gênero nas propriedades familiares, mesmo quando as atividades femininas crescem em importância econômica, demonstram que é muito forte a concepção do homem enquanto produtor principal, enquanto aquele que atende os requisitos para dominar novas tecnologias (afinal foram eles que participaram dos cursos de produção leiteira e utilização da ordenhadeira), mesmo quando não é ele que trabalha com elas; também é mantido enquanto administrador principal da propriedade, mesmo quando desenvolve atividades fora dela.

A associação à mini-usina resultou em perda, pelas mulheres, da renda complementar que obtinham na comercialização de produtos agrícolas ou artesanais, entre eles o leite fluido ou beneficiado, devido a falta de tempo e a entrega da produção total de leite para a mini-usina. Essa renda significava uma certa autonomia econômica e até mesmo um espaço de decisão, uma vez que elas resolviam onde esta renda seria aplicada.

É preciso salientar que a reação das mulheres a essa situação de aumento de trabalho, acompanhada de exclusão da participação na mini-usina e da perda de uma renda própria, não aconteceu no sentido de procurarem retomar os espaços perdidos, mas sim no sentido de desvalorizar seu próprio gênero, assumindo a justificativa masculina de que as mulheres não são capazes de administrar um comércio, nem de se comportar devidamente como uma pessoa acostumada a lidar com o espaço público o faria. Outra manifestação feminina, embora não esteja presente em todas as entrevistadas, tem sido no sentido de desvalorizar a mini-usina, culpando-a pela situação de dívida ocorrida na família e propondo outras opções de renda que poderiam ocupar o seu lugar, após o pagamento da mesma.

As mini-usinas têm aspectos positivos que devem ser colocados, apesar de não serem exatamente o objeto deste estudo. Algumas famílias estão conseguindo se adaptar às exigências necessárias para que haja um aumento na produção do leite. Além do que, para alguns associados, a mini-usina tem servido também como posto de trabalho remunerado. Dentro das propriedades, o aumento de trabalho na atividade leiteira tem proporcionado a utilização de toda a mão-de-obra existente, o que pode vir a significar a permanência dos filhos(as) no campo. Outro aspecto é o aumento da renda dos agricultores, que pode aumentar conforme a demanda pelo leite da mini-usina se faça maior.

Finalizando, podemos dizer que as chances de uma agroindústria de pequeno porte ser bem sucedida poderá ser maior, se houver um maior comprometimento dos diversos órgãos envolvidos em fazer com que toda a família, e não só os homens, estejam presentes nas diversas etapas de sua estruturação e funcionamento.

BIBLIOGRAFIA

- ABRAMOVAY, Ricardo. 1992. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. SP: Ed. da UNICAMP e HUCITEC.
- BASCO, Mercedes et all. 1994. Trabajando com mujeres campesinas en el Noroeste Argentino: aportes al enfoque de género en el desarrollo rural. In: Desarrollo Rural com Equidad de Género. Londrina, Brasil: PROCODER, IICA, IAPAR.
- BELLO, Rosario. 1994. Organizaciones no Gubernamentales y el trabajo com las mujeres del sector rural en Chile. In: Desarrollo Rural com Equidad de Género. Londrina, Brasil: PROCODER, IICA, IAPAR.
- BERGAMASCO, Sônia M. P. 1995. Caracterização da agricultura familiar no Brasil, a partir dos dados da PNDA. In: Revista Reforma Agrária, ABRA, núm. 2/3, vol. 25, maio/dez.
- BORDIEU, Pierre. 1995. A dominação masculina. In: Educação e Realidade. V. 20(2), jul/dez. Porto Alegre: FE – UFRGS.
- BRUMER, Anita. 1996. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU et. al. (org.). Mulher, família e desenvolvimento rural, UFSM.
- BRUMER, Anita. 1990. Considerações sobre uma década de lutas no campo no extremo sul do Brasil (1978-88). In: Ensaio FEE, Porto Alegre, 11(1): 124-142.
- BRUMER, Anita. 1988. Mobilização de mulheres no campo no Rio Grande do Sul (1). ANPOCS, 1988, GT 'Estado e Agricultura', Águas de São Pedro.
- BULLOCK, Susan. 1994. Women and work. London: New Zed books Ltda.
- CAMARANO, Ana P. 1997. Como vai? População brasileira. Brasília: IPEA. Ano II, núm. 3, dez.

CAMPAÑA, Pilar. 1994. Proyectos de desarrollo rural en América Latina: la experiencia con mujeres rurales. In: Desarrollo Rural com Equidad de Género. Londrina, Brasil: PROCODER, IICA, IAPAR.

CAMPOS, Celsy. 1994. Mujeres de Caazapá: una experiencia con proyectos productivos. In: Desarrollo Rural com Equidad de Género. Londrina, Brasil: PROCODER, IICA, IAPAR.

CARNEIRO, Maria J. 1994? Esposa de agricultor ou agricultora? Ruptura e continuidade nas relações sociais de gênero no campo francês. (mimeo).

CASAGRANDE, Jacir L. 1991. Movimentos Sociais do Campo: Mulheres Agricultoras em Santa Catarina. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. UFSC.

CASTRO, Mary G. e LAVINAS, L. 1992. Do feminino ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (org.). Uma questão de gênero. RJ: Rosa dos Ventos e SP: Fundação Carlos Chagas.

Censo Demográfico do Brasil. SC. IBGE. 1991.

Censo Agropecuário do Brasil - SC. IBGE. 1995/96.

Censo Agropecuário do Brasil – Brasil. IBGE. 1995/96.

CHAYANOV, A. 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J.G. e STOLCKE, V. (Org.). A Questão Agrária. SP: Brasiliense.

CUNHA, Auri da C. 1998. Relações de gênero na agricultura familiar no perímetro irrigado de São Gonçalo (Pb). In: BRUSCHINI, C. e HOLLANDA, H. B. (org.), Horizontes Plurais – Novos estudos de gênero no Brasil. SP: FCC; SP: Ed. 34.

DESER; CEMTR; DETR; CUT/PR. 1996. Gênero e Agricultura Familiar: Cotidiano de vida e trabalho na produção de leite. Curitiba, PR.

- DESER. 1998. Mudanças na base da agricultura familiar. Boletim do DESER, pág. 15, núm. 90, maio.
- DIXON-MUELLER, Ruth. 1991. Counting the labor force in developing countries. In: FONOW, M. AND COOK, J. (EDS.). Beyond methodology: Feminist Scholarship as Lived Research. Indiana Univ. Press.
- FIÚZA, Ana L. de C. 1998. Mulheres rurais do terceiro mundo: entre o mito do desenvolvimento e a profecia do colapso. In: AGUIAR, D. R. D. e PINHO, J. B. Anais SOBER, vol. 1. O agronegócio brasileiro: desafios e perspectivas. Org.
- FOUCAULT, Michel. 1979. Microfísica do poder. RJ: Graal.
- GASSON, Ruth and ERRINGTON, A. 1993. The farm family business. Wallingford: CAB International.
- HERETIER, Françoise. 1987. Mulheres de Sabedoria, mulheres de ânimo, mulheres de influência. In: A Mulher e o Poder. Cadernos da Condição feminina, núm. 20, Editora da Comissão Feminina, Lisboa.
- JAZAIRY, Idriss. 1988. Women farmers: feeding the world with little help. In: Agricultural Information Development Bulletin, vol. 10, núm. 4,. Pág. 26.
- KERGOAT, Danièle. 1986. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceitualização. In: KARTCHEVSKY, A. et. al. (org.) O sexo do trabalho. RJ: Ed. Paz e Terra.
- LAMARCHE, Hugues. 1993. (Org.) A agricultura familiar - comparação internacional. SP: Ed. UNICAMP.
- LECHAT, Noelle M. P. 1996. Relações de Gênero em Assentamentos do MST (RS): A participação da mulher na produção e reprodução em unidades familiares e coletivas. In: PRESVELOU et. al. (org.), Mulher, família e desenvolvimento rural, UFSM.

- LEÓN, Kirai de. 1994. Los esfuerzos de institucionalización de los programas de mujer en Uruguay. Propuestas, cautelas y estrategias. In: Desarrollo Rural com Equidad de Género. Londrina, Brasil: PROCODER, IICA, IAPAR.
- LOBO, Elisabeth S. 1992. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (org.). Uma questão de gênero RJ: Rosa dos Ventos e SP: Fundação Carlos Chagas.
- LUZARDI, Antonia. 1988. Visível versus invisível: repensando o significado do trabalho da mulher camponesa. In: LAVINAS, Lena (org.). Anais do Seminário - Mulher Rural: identidades na pesquisa e na luta política. RJ: Publipur.
- MELO, Hildete P. 1998. Globalização, políticas neo-liberais e relações de gênero no Brasil. in: BORBA, FARIA e GODINHA (orgs). Mulher e Política: Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. SP: Ed. Fundação Perseu Abramo.
- MINAYO, Maria C. S. (org.) 1994. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes.
- MMA/DESSER. 1994. A mulher agricultora em Santa Catarina.
- MORAIS, Maria Aparecida. 1988. Trabalhadores e trabalhadoras rurais no estado de São Paulo. In: LAVINAS, Lena (org.). Anais do Seminário - Mulher Rural: identidades na pesquisa e na luta política. RJ: Publipur.
- MOSER, Caroline O. N. 1993. Gender planning and development - Theory, practice and training. London and New York: Routledge.
- NOBRE, Miriam. 1998. Relações de gênero e agricultura familiar. In: NOBRE et al. Gênero e agricultura familiar. SP: SOF.
- NYANGE, Rophin K. 1996. Group extension. Approach in livestock production: a strategy to reach in marginalised livestock farmers with special emphasis on women's groups. Dissertação defendida junto a Univ. de Reading.
- ONU. 1995. The World's Women: Trends and statistics. EUA: United Nations Publication

- ORTIZ, Renato. (Org.). 1994. Pierre Bourdieu. Coleção Grande Cientistas. SP: Ed. Ática.
- PACHECO, Maria E. L. 1998. Agricultura familiar: um olhar de gênero. In: NOBRE et al. Gênero e agricultura familiar. SP: SOF.
- PAULILO, Maria Ignez. 1996. A agrofemindustrialização do leite em Santa Catarina. Relatório preliminar de pesquisa. Fpólis, SC. Não publicado.
- PAULILO, Maria Ignez. 1987. O peso do trabalho leve. In: Ciência Hoje, vol. 5, núm. 28, jan/fev.
- QUEIROZ, Maria Isaura P. 1976. O campesinato brasileiro: ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil. Petrópolis: Vozes.
- Revista Veja. 1998. Revoada Feminina: Mulheres migram mais do que os homens e já são maioria nas grandes cidades nordestinas. Pág. 75. Agosto/98.
- ROCKENBACH, I. H. 1995. A mulher na administração da empresa familiar rural: o caso de um grupo de gestão agrícola em Santa Catarina. Dissertação de mestrado. Univ. Fed. Lavras, MG.
- SAMPEDRO, Rosario. 1996a. Gênero y ruralidad. Las mujeres ante el reto de la desagrarizacion. Ed. Ministerio del Trabajo y Asuntos Sociales. Instituto de la Mujer. Madrid.
- SAMPEDRO, Rosario. 1996b. Mujeres del campo: los conflictos de genero como elemento de transformacion social del mundo rural. In: El campo, la ciudad. Sociedad rural y cambio social en España. Org. Leon, M. A. G. Ed. Ministerio da Agricultura, Madrid.
- SCOTT, Joan. 1995. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 20, no 2, jul/dez.

SEIFERTH, Giralda. 1983/84. Camponeses ou operários? O significado da categoria colono numa situação de mudança. In: Revista do Museu Paulista. Nova Série, vol. XXIX, SP.

SILVA, José G. da. 1982. A modernização dolorosa. RJ: Zahar.

SOIHET, Rachel. 1997. História, mulheres, gênero: contribuições para um debate. In: AGUIAR, N. (org.). Gênero e ciências humanas: Desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres. RJ: Record: Rosa dos Tempos.

SORJ, Bila. 1992. O feminismo na encruzilhada da modernidade e pós-modernidade. In: COSTA, A. O. e BRUSCHINI, C. (org.). Uma questão de gênero. RJ: Rosa dos Ventos e SP: Fund. Carlos Chagas.

STEPHEN, LYNN. 1993. Challenging gender inequality: grassroots organizing among women rural workers in Brazil and Chile. In: Critique of Anthropology. SAGE: London, vol.13(1): 33-55.

SUÁREZ, Mireya. 1994. Hacia una conceptualización del enfoque de género en el desarrollo rural. In: Desarrollo Rural com Equidad de Género. Londrina, Brasil: PROCODER, IICA, IAPAR.

SUÁREZ, M. e LIBARDONI, Marlene. 1992. Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil: uma perspectiva de gênero. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura. Brasília: Ed. Independência.

TAGLIARI, Paulo S. 1997. A agroindústria artesanal: uma conquista da dignidade e do valor da pequena agricultura familiar. In: Revista Agropecuária Catarinense. Fpólis: EPAGRI.

TEIXEIRA, Zuleide A. 1994. Perspectiva de gênero na produção rural. Org. Teixeira, Z.; Carvalho, H.M.; Suárez, M. e Souza, J. Brasília: IPEA.

YANNOULAS, Silvia C. 1994. Iguais mas não idênticos. In: Revista Estudos Feministas. CIEC/ECO/UFRJ, vol. 2/nº 3.

YIN, Robert K. 1994. Case study – research: design and methods. Thousands Oaks; London; New Delhi: SAGE Publications.

WOORTMANN, Ellen F. e WOORTMANN, K. 1997. O trabalho da terra. A lógica e o simbólico da lavoura camponesa. Brasília: Editora UnB.